



ESCOLA informação

| nº 10.abril.2016 |



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA - SPGL

Digital



O Futuro está ao nosso alcance

Sites e Blogs



Associação 25 de Abril
<http://www.25abril.org/>

A Associação 25 de Abril é uma associação sem fins lucrativos, de natureza altruísta, destinada à consagração e defesa dos valores cívicos, tendo como fins principais:

- a consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974;
- a recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu;
- a divulgação, pedagogia e defesa dos valores e espírito democráticos.

Fundada em 22 de outubro de 1982 por oficiais dos quadros permanentes das forças arma-

das, abriu as portas à participação dos restantes militares profissionais e dos civis. Em 1990, foi alargado o seu âmbito de ação, passando a abarcar assuntos relacionados com o campo da Defesa e das Forças Armadas, nomeadamente no que se refere ao papel do militar e das Forças Armadas numa sociedade democrática.

Congregando, desde o início, a esmagadora maioria dos militares que se envolveram no 25 de Abril (cerca de 95%), a A25A tinha, em 2008, mais de 6000 associados, sendo o número de militares sensivelmente o mesmo de civis. Possui Delegações no Norte (Porto), no Centro (Coimbra), no Alentejo (Grândola) e no Algarve (Faro). Tem vários Núcleos espalhados pelo país e pelo estrangeiro, de que se destaca o de Toronto, no Canadá.

No campo da documentação, estabeleceu um protocolo com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, que trata e explora todo o seu espólio documental.

A A25A é membro honorário da Ordem da Liberdade, e possui as Medalhas de Mérito Municipal de Cascais, Sines, Setúbal, Oeiras, Almada, e Palmela e a Chave da Cidade de Santiago do Cacém, gozando do estatuto de pessoa coletiva de utilidade pública. No seu site, há uma Base de Dados Históricas onde é possível, por exemplo, encontrar uma descrição das ações do 25 de Abril, hora a hora. No item Guerra Colonial é disponibilizada, nomeadamente, a cronologia nacional e internacional, de 1945 a 1975. É possível ainda aceder a filmes e documentários sobre o 25 de Abril e sobre a Guerra Colonial.

**Centro de documentação
 25 de Abril**
[http://www.cd25a.
 uc.pt/](http://www.cd25a.uc.pt/)

Criado no âmbito da Reitoria da Universidade de Coimbra em dezembro de 1984, o Centro de Documentação 25 de Abril é hoje uma das Unidades de Extensão Cultural e de Apoio à Formação da UC e visa recuperar, organizar e pôr à disposição da investigação científica o valioso material documental disperso pelo país e estrangeiro sobre a transição democrática portuguesa (o 25 de Abril de 1974, os acontecimentos preparatórios e as suas principais consequências), mas também sobre toda a segunda metade do século vinte português.

Os seus principais serviços são: arquivos privados, biblioteca especializada, recortes de imprensa, arquivo audiovisual e iconográfico. No seu site é possível aceder, na secção Arquivo, a revistas e jornais da época. Na secção Biblioteca Digital são disponibilizadas algumas obras e artigos da biblioteca do CD25A que já foram digitalizados e que são do domínio público. Em Coleções encontram-se textos, incluindo livros para crianças, fotografias, documentação, som, vídeo, iconografia e projetos temáticos, como "O 25 de abril contado pelos protagonistas". ■

Sofia Vilarigues

Em defesa das ideologias

O que mais ameaça a democracia é a ausência de ideologias fortes e claramente assumidas. Sem elas, as pessoas e os partidos tornam-se imprevisíveis, cedem mais facilmente aos oportunismos de momento, à corrupção, à venalidade. O tristíssimo espetáculo do parlamento brasileiro durante a votação da destituição da presidente Dilma é disso exemplo paradigmático.

Há quem tente ocultar a sua posição ideológica criando no senso comum o preconceito de que a ideologia falseia e impede uma hipotética objetividade. Alguma ideologia “escondida” pretende assimilar ideologia com falsidade, mas este é o modo mais falso de perceber a realidade.

O conflito entre o Estado e alguns colégios privados tem, entre outras, uma dimensão ideológica. De um lado, os que defendem que compete ao Estado garantir o cumprimento da sua obrigação de possibilitar a todos os jovens uma escola pública de qualidade, não delegando tal obrigação em setores privados, salvo casos excepcionais em que o Estado reconheça não ter condições de cumprir a sua obrigação; do outro, os que, sob a capa de um “Estado mínimo” entendem entregar à iniciativa privada a satisfação do direito fundamental de todos à Educação. De um lado, os que põem o Estado a defender o interesse de todos, do outro os que pretendem colocar o Estado ao serviço dos interesses de grupos económicos, religiosos, ou qualquer outro.

Convém recordar que só a criação de uma rede de escolas públicas garantida pelo Estado possibilitou o acesso de todos à Educação, como temos hoje; enquanto boa parte dessa tarefa esteve entregue (antes de 1974) a colégios privados, uma parte enorme da população manteve-se...analfabeta. Como ideologicamente convinha a muitos, a começar pelos governantes da ditadura. ■

Miguel André

SUMÁRIO



2. Sugestões. Sites

4. Editorial. José Alberto Marques

5. Dossier. 12º Congresso Nacional dos Professores

25. Cidadania

25. As Considerações do Sr. Draghi

26. Escolas Amigas dos Direitos Humanos dizem não à tortura

27. A arte contra a discriminação

28. Reportagem. EB23 dos Olivais. Uma ópera que envolve toda uma escola

30. Alterações Climáticas: Ciência, Política, Urgência e Esperança

32. Por uma aposentação digna

33. SPGL, 42 anos. Os professores merecem-no

34. Opinião. ADSE, que futuro?

35. Aos Sócios

37. Consultório Jurídico

Avaliação de desempenho: situações especiais (continuação)



ficha técnica:

Diretor: José Alberto Marques . Chefe de Redação: António Avelãs . Conselho de Redação: Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . Redação: Lígia Calapez (Jornalista). Fotojornalista: Paulo Machado . Design Gráfico e Paginação: Dora Petinha. Capa: Dora Petinha . foto Henrique Borges Composição: Fátima Caria . Revisão: Lígia Calapez . SPGL . Edição e Propriedade de: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



José Alberto Marques
DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

A contestação promovida pelos colégios privados e a liberdade de escolha

Nem tudo o que parece é!...

Parece que a contestação, dos colégios com contrato de associação, que está na ordem do dia, visa defender uma “melhor” educação para os seus alunos, melhores condições para o pessoal docente e não docente e as famílias, que devem ter liberdade para escolher a escola que pretendem. Mas, como todos sabemos, os **propósitos reais** da instrumentalização dos trabalhadores, estudantes, pais e encarregados de educação e mesmo de algumas autarquias têm um objetivo principal: é o de continuar a manter **o lucro das empresas privadas** que detêm estes colégios. Recentemente foi publicado o [despacho normativo n.º 1-H/2016, 14 de abril](#) que introduz algumas alterações sobre os procedimentos de matrícula e renovação de matrícula dos alunos. É sobre este diploma que incide o maior protesto dos colégios com contrato de associação, porque consideram que ele põe em causa o número de turmas contratualizadas nos acordos estabelecidos com o Estado na legislatura anterior. Refira-se apenas que o diploma em causa só circunscreve a aplicação plena da “área geográfica de implantação da oferta abrangida pelo respetivo contrato” e define como obrigatória a “verificação do cumprimento” por parte da IGEC e da DGEstE.

A existência da fiscalização e limitação geográfica, definida nos próprios contratos estabelecidos mas nunca, infelizmente, cumprida pelos órgãos que têm essa responsabilidade, serve de argumento para que AEEP afirme que mais de metade dos estabelecimentos encerrará. Afirmção insustentável, uma vez que está garantida a continuidade dos alunos inscritos até à conclusão do ciclo que frequentam e a abertura de turmas de iniciação de ciclo se fará quando não houver resposta na escola pública. Admitir que o cumprir a legislação no que respeita à área geográfica de implementação do colégio conduziria ao seu encerramento significa reconhecer que ao longo de todos estes anos os processos de matrícula nestes estabelecimentos ultrapassaram os limites geográficos estabelecidos, podendo este facto representar uma fraude continuada perante o Estado.

Os operadores privados têm utilizado no seu discurso a argumentação da importância do rigor da aplicação dos dinheiros públicos. Até o [Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior](#), consagra no seu preâmbulo o princípio de “**otimizar o investimento público**”. Logo, tal como afirmou a secretária de Estado, Alexandra Leitão, se uma turma na escola pública custa 54.000€ e na privada 80.500€, é normal que o estado avalie a duplicação da oferta e só contratualize com colégios privados o que a escola pública não consegue responder.

Outro dos argumentos que estes colégios apresentam é a “melhor” qualidade da educação oferecida por estes colégios. Nada sustenta esta afirmação. Quando se comparam os resultados dos alunos das escolas públicas com os resultados dos alunos de colégios com contrato de associação na mesma zona as diferenças são insignificantes.

Que preocupações tiveram os operadores privados de Educação com o emprego dos professores quando, em recente convenção coletiva adotada no setor, assinada entre a AEEP e a FNE, aumentaram o horário letivo dos professores em 20%, levando ao despedimento de percentagem semelhante de docentes? A [Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo](#), tem consagrado no seu art.º 12º “Os contratos de trabalho dos professores do ensino particular e cooperativo...nos domínios salarial...devem ter na devida conta a função de interesse público... conveniência de harmonizar as suas carreiras com as do ensino público”. É urgente que, condições de trabalho, incluindo horários, e carreiras valorizadas dos professores que exercem funções em colégios financiados por dinheiros públicos, se pautem pelas mesmas normas do ensino público.

O SPGL estará sempre na primeira linha para defender todos os interesses dos docentes. Mas, nunca deixará de defender um princípio elementar da nossa Constituição: a resposta privada é importante, não pode ser posta em causa, mas só poderá ser financiada para substituir a pública quando esta se revele insuficiente. ■



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO ONLINE Nº10 abril 2016

12º Congresso Nacional dos Professores

29 e 30 de abril de 2016
Seminário de Vilar, Porto

O 12º Congresso Nacional dos Professores é o tema deste dossier.

Damos particular destaque – para além da intervenção de José Alberto Marques (as dos delegados e dirigentes do SPGL no Congresso podem ser consultadas no site) – a alguns temas particularmente oportunos, como: a educação de adultos, a revisão curricular, a educação como bem público, ciclos de ensino, descentralização e autonomia das escolas, tempo de sindicatos ou tempo da política. O dossier inclui ainda algumas notas sobre a conferência internacional “Um sindicalismo progressista ao serviço da educação para todos”, com destaque para a intervenção de Manuela Mendonça. O dossier encerra com o discurso, no Congresso, de Fred Van Leeuwen, da IE.

Como agir para que os caminhos de esperança entretanto abertos conduzam a resultados reais?

• José Alberto Marques

Presidente do SPGL

Intervenção no 12.º Congresso Nacional dos Professores



Foto: Felizarda Barradas

Caras e caros colegas,

Os dados oficiais da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), apresentam uma taxa real de escolarização que, infelizmente, verificou um decréscimo global de 1,7 p.p. (comparando os dados de 2014 com os de 2011) na última legislatura de governo de direita.

Se já desde 1980 a taxa real de escolarização no 1.º CEB era de 100%, no 2.º e 3.º CEB e Secundário o caminho tem sido mais longo e sinuoso, sendo de salientar os passos dados na década 2000 a 2010, em que a taxa real de escolarização registou aumentos na ordem de 8,6 e 18,3 p.p. no 3.º CEB e Secundário, atingindo no ano letivo 2010/2011 os valores de 92,1% e 72,5% respetivamente. Esta evolução deveu-se naturalmente a vários fatores, onde se inclui a diversificação das ofertas

formativas (particularmente no Secundário), mas, com toda a certeza, ao **profissionalismo e esforço dos docentes no desempenho das suas funções na sala de aula e nas várias estruturas e órgãos das escolas em que participam**. Por outro lado, é incompreensível o retrocesso da taxa real de escolarização em 2,1 p.p. no 1.º CEB, 4,5 p.p. no 2.º CEB e 5,8 p.p. no 3.º CEB que se verificou na anterior legislatura, que só pode ser justificada pelas medidas políticas erradas tomadas por Nuno Crato. Estes dados deveriam fazer pensar os decisores políticos, particularmente os governos, quando tomam medidas e fazem discursos que atingem negativamente os profissionais que esforçadamente trabalham para responder, com qualidade, a todos quantos frequentam a Escola Pública. Não tem sido essa, infelizmente, a postura adotada no passado. As me-

didadas tomadas, particularmente pelos últimos responsáveis pela pasta da Educação, têm levado ao desalento e mesmo ao abandono precoce da profissão por milhares de docentes que, perante a instabilidade vivida no dia-a-dia nas escolas e nas carreiras, escolheram aposentar-se ainda que com grandes penalizações nas respetivas pensões.

Os dados oficiais também confirmam o decréscimo acentuado nos últimos 4 anos, de mais de 19 p.p., de docentes no sistema e também de cerca de 20 p.p. de estabelecimentos de ensino públicos, reconhecendo o óbvio, as medidas tomadas apontam para uma maior sobrecarga de trabalho dos docentes e piores condições nas respostas pedagógicas aos alunos.

O poder político tem procurado criar na opinião pública a imagem do professor como um pro-



Foto: Arquivo FENPROF

fissional com horários e salários privilegiados. Contudo, os relatórios anuais publicados pela OCDE *Education at a Glance* demonstram que os professores do ensino público em Portugal dão mais horas de aulas por ano e passam mais tempo na escola do que a maioria dos colegas da OCDE e da União Europeia, saltitando entre aulas, apoios, substituições, salas de estudo, reuniões e tarefas burocráticas, fruto da desregulamentação dos horários de trabalho que já se iniciou em 2005.

A pretexto da crise foram impostas medidas em vários campos com vista à redução cega da despesa com a Educação, medidas que, para além de deteriorar gravemente as condições de trabalho de alunos, professores e funcionários das escolas, têm levado à redução drástica do corpo docente nas escolas. O aumento

do número de alunos por turma, o fim do par pedagógico em EVT e a alteração das condições para o desdobramento de turmas nas disciplinas de carácter experimental, são disso exemplo.

As matrizes curriculares impostas, feitas à medida do número de docentes que visava excluir do sistema, conjugadas com o despacho de organização do ano escolar que, por um lado impôs o mínimo de 1100 minutos semanais de aulas, por outro, deixou de fixar o número mínimo de horas de trabalho individual, levou a que a generalidade dos docentes do 2º e 3º CEB e secundário passassem a ter, no mínimo, mais uma turma, logo mais alunos, mais níveis ou disciplinas para leccionar... e, menos professores nas escolas!

Ainda, as matrizes curriculares e a introdução dos novos programas e metas nas várias discipli-

nas (que visaram a atomização do currículos), que Nuno Crato impôs, marcaram a conceção ideológica do regresso ao velho conceito das disciplinas estruturantes - Português, Matemática e Língua estrangeira; menos estruturantes – as relativas às Ciências sociais e, as “dispensáveis” – as artes, o desporto e as tecnologias. Esta opção, além de empobrecer o currículo porque lhe retira componentes fundamentais à formação integral dos alunos, teve o efeito imediato de colocar um largo número de docentes das áreas disciplinares mais visadas numa situação de profunda instabilidade e incerteza não só relativamente à carreira como ao próprio emprego.

Mas a marca ideológica do governo anterior não ficou por aqui. A par do empobrecimento do currículo chamado “regular” proliferam as chamadas “ofer-

tas diversificadas...” para onde foram encaminhados, cada vez mais precocemente, os jovens em risco de insucesso e de abandono escolar que, de acordo com o alargamento da escolaridade, terão de permanecer na escola até aos 18 anos.

Isto é, em vez de reconhecer efetiva autonomia aos órgãos de gestão pedagógica das escolas para criar condições de apoio aos alunos, assim que detetadas as primeiras dificuldades, com vista à conclusão com sucesso duma formação de base sólida que permita uma livre e consciente opção por qualquer outra oferta formativa que se pretende de qualidade, o Ministério da Educação, insistiu no encaminhamento para vias alternativas, acenando com a ilusão de que todos poderão regressar ao currículo dito “regular” se realizarem com sucesso os exames nacionais (a obsessão do ministro Crato)!

Também sobre esta matéria documentos do CNE e dados divulgados esta semana pela equipa do aQeduto (equipa de investigação que analisa os resultados dos alunos portugueses nos testes PISA) constata haver uma forte relação entre a condição socioeconómica e o desempenho dos alunos. Defende que a melhoria dos resultados em condições adversas exige meios adequados de compensação de dificuldades que não podem ser proporcionados pelas famílias, lançando o desafio de se desenvolverem “... as estratégias e os programas que têm permitido recuperar atrasos, prevenir o abandono precoce e o desvio etário e intervir ao primeiro sinal de dificuldade.” Isto é, em vez de menos professores afinal são necessários mais professores e mais escola.

Colegas,

O sistema precisou que os professores fossem super-heróis para que assegurassem o ensino nos momentos mais difíceis e nas condições mais adversas: retirou-lhes vencimento; “pediu-lhes” para nunca faltarem, mesmo estando doentes; “obrigou-os” a serem sensíveis, para que garan-

tissem as funções assistenciais e se substituíssem à família e ao Estado; e que, simultaneamente, se mantivessem abertos e flexíveis, para qualquer tipo de trabalho, para aceitarem todas as novas políticas e novas propostas governamentais. Mesmas as mais absurdas e insustentáveis. Porém, agora é bom que nos mantenhamos lúcidos para que possamos ultrapassar com sucesso este duro desafio de afastar do nosso caminho todas as políticas que nos quiseram humilhar.

Os tempos que vivemos exigem dos docentes cada vez maior preparação para enfrentar situações, muitas vezes adversas, e a formação contínua, a que têm direito de acordo com a legislação em vigor, surge como uma mais-valia para o seu desenvolvimento/desempenho profissional. Mas, a realidade demonstra exatamente o contrário, a oferta de **formação contínua gratuita** não existe ou é residual e não está ajustada aos horários de trabalho dos docentes.

Também, a avaliação de desempenho dos docentes deverá ser orientada para a melhoria do trabalho dos professores. Não podendo esta continuar a constituir um fator acrescido de perturbação e de desgaste na vida dos docentes e das escolas. É preciso criar um modelo de avaliação que contribua, de facto, para a melhoria do sistema educativo.

Outros caminhos são possíveis, todos o sabemos. Este é um tempo novo, temos a razão do nosso lado, não nos podemos esquecer que nada nos será oferecido, sendo necessário estarmos atentos, mantermo-nos esclarecidos e não aliviarmos na mobilização para que a expectativa não resulte em frustração. Neste novo contexto, é preciso valorizar a Assembleia da República, pois agora existe uma maioria que, pelos sinais que chegam, tem vontade de resolver problemas. Algumas medidas já foram tomadas, quer por via parlamentar ou governamental, mas no próximo dia 3 de maio, com o início da negociação do despacho de organização do ano letivo,

é preciso concretizar medidas que melhorem efetivamente os horários e condições de trabalho e também a curto prazo se reconheça o elevado desgaste da profissão docente.

Como deverão os professores e os seus sindicatos representativos agir para que os caminhos de esperança entretanto abertos conduzam a resultados reais na melhoria da Escola e das condições de exercício da profissão docente?

LINHA 1 – Apresentar propostas bem fundamentadas e acutilantes à tutela. Sustentar, tanto quanto possível essas propostas na opinião consultada dos docentes.

LINHA 2 – Capacidade de nas negociações gerir o que é fundamental, permitindo que estas linhas mestras se sobreponham a questões menos importantes. Combater previsíveis oportunismos da direita política e dos seus sindicatos.

LINHA 3 – Manter uma informação muito objetiva junto dos docentes de modo a mantê-los sempre mobilizados durante as negociações.

LINHA 4 – Confiança na FENPROF para conduzir e ganhar esta aposta.

Viva o 12º Congresso Nacional dos Professores

Viva os Docentes e Investigadores Portugueses ■

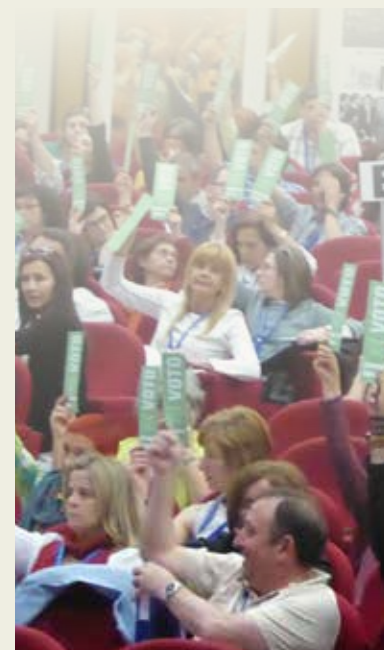


Foto: Henrique Borges

Libertar a educação de adultos das políticas neoliberais

Um desafio para um tempo novo de governação à esquerda

• **António Anes**

Dirigente do SPGL



Foto: Arquivo FENPROF

O tempo novo em que vivemos de uma governação de esquerda apoiada pelos partidos políticos PS, BE, PCP e VERDES deverá constituir uma oportunidade para que se definam políticas públicas de educação de adultos que não vivam do zigzaguar constante da alternância do poder que, grosseiramente, através de diferentes designações, as têm mantido sequestradas dos interesses neoliberais que persistem nesta Europa do século XXI, com os resultados desastrosos que se conhecem e que os portugueses tão brutalmente têm sentido. O governo de direita PSD/CDS-PP, que governou durante os últimos 4 anos, foi ainda mais longe. Desinvestiu totalmente desta oferta educativa.

Seria bom então fazer uma breve pausa para pensar a educação de adultos e avaliar as sucessivas ofertas educativas que se foram atropelando ao longo dos últimos anos. Ensino regular para adultos, educação permanente, ensino recorrente, unidades ou blocos capitalizáveis, novas oportunidades com *efas*⁽¹⁾ e *rvcc*⁽²⁾ ...

E se considero como positivo que este governo volte a dar a visibilidade necessária à educação de adultos, já me parece precipitado retomar as novas oportunidades,

com a novíssima designação (!), o Programa Integrado de Educação e Formação de Adultos (PIEFA), sem uma clara avaliação de processos, ofertas e resultados que esta modalidade educativa teve que, não só, o mero número de certificações. A insistência na ligação do conceito de educação de adultos à sua formação, não disfarça a evidente visão utilitarista que as políticas de anteriores governos seguiram diluindo as suas dimensões propriamente educativas, para ceder ao protagonismo das modalidades de formação vocacional e de aprendizagem ao serviço exclusivo do poder económico.

Simbolicamente, Licínio Lima, no seu livro – *Educação ao longo da vida, entre a mão direita e a mão esquerda de Miró (2007)*, associava à mão direita a visão utilitarista de satisfação do mercado de trabalho e à mão esquerda as lógicas de educação popular, cívica e comunitária criando condições de transformação positiva da nossa existência individual e coletiva.

Não podendo recusar as necessidades da economia e da sociedade, do trabalho e do emprego, a educação ao longo da vida não resistirá, porém, à amputação das suas responsabilidades sociais e ético-políticas e das suas possíveis contribuições para a criação de dinâmicas de transformação

positiva das condições da existência humana.

Clarificando, neste sentido, o conceito de educação de adultos, tornar-se-á mais fácil definir as ofertas educativas em diferentes modalidades, sustentadas, na sua grande maioria, na rede de escolas públicas, que permitam aos jovens e adultos escolher os seus percursos educativos que correspondam aos seus anseios. Nenhum PIEFA perdurará sem esta urgente reflexão.

Este tempo novo também é tempo de refletir. Na senda do 12º Congresso da FENPROF realizado em 29 e 30 de Abril 2016, o SPGL/FENPROF deverá contribuir para esta necessária reflexão. Proponho um encontro/debate sobre Educação de Adultos, que possa ser propositivo e sustentável das nossas posições para uma governação verdadeiramente de esquerda.

Libertar a educação de adultos, sequestrada ao longo dos últimos anos por políticas neoliberais seguidas por vários governos, constitui um desafio de relevante importância para um governo apoiado pela 1ª vez por partidos do espectro político da esquerda em Portugal. ■

⁽¹⁾ EFA – Educação e Formação de Adultos

⁽²⁾ RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Por uma revisão curricular que não se esgote na dimensão do saber

• Dulce Rosa Carvalho

Victor Vasconcelos

Dirigentes do SPGL



Foto: Arquivo FENPROF

O Programa de Ação “Valorizar a Profissão, Reafirmar a Escola Pública”, apresentamos o desafio de uma revisão curricular que ultrapasse os constrangimentos apensos a uma política curricular que tem sido seguida desde há muitos anos por sucessivos governos e que não é inocente.

Sendo a política curricular um conjunto de princípios educativos e curriculares, de regras e de estratégias que visam definir e orientar a oferta educativa, os responsáveis políticos sempre a direcionaram para um modelo de sociedade que consagra a competição, a excelência e os resultados. As tomadas de decisão sobre a seleção, a organização e a avaliação dos conteúdos de aprendizagem ficaram sempre reféns de uma visão de sociedade assente naqueles pressupostos. O currículo não é neutro, é fundamentalmente determinado pelas opções políticas dos estratos sociais dominantes.

A escola inclusiva e atenta à diversidade e à diferença foi sem-

pre preterida à visão de uma escola metodologicamente pragmática e simplista, que visa quase exclusivamente o mercado de trabalho, tornando-se assim um instrumento de legitimação de uma divisão social desigual.

A simples aquisição dos saberes não basta. Como o currículo faz parte de um todo cultural, as suas responsabilidades não são só educativas, mas também sociais. Logo, os saberes têm de estar ao serviço destas proficiências.

O currículo não se esgota na dimensão do saber, ele deve ampliar-se às dimensões do saber ser, do saber estar e saber conviver com os outros, de modo a formar integralmente cidadãos que sejam interventivos e críticos numa sociedade global e complexa.

Os conteúdos dos currículos disciplinares deverão ser selecionados de forma a abrangerem as dimensões científica, axiológica e social. Porém o seu ensino/aprendizagem não se pode confinar à sala de aula mas, ao invés, deve ser desenvolvido em laboratórios, projetos, intercâmbios com entidades externas, formação em contexto de trabalho, isto é, através de uma práxis integradora de

experiências humanas e tecnológicas.

A revisão curricular ainda em vigor assume a liberdade dos professores no desenhar do currículo, mas esgota-se perante o constrangimento dos exames nacionais, assim como na pressão dos resultados académicos e dos *rankings* das escolas. Estas balizas induzem a ação docente para métodos de ensino que residem na resposta à pressão dos resultados, sendo-lhes desta forma imputada a total responsabilidade no sucesso dos alunos, como se os contextos socioculturais nada significassem na vida de todos os intervenientes do processo de ensino e de aprendizagem.

A FENPROF apresenta, de uma forma totalmente aberta e visando a necessária e ampla discussão que tais matérias devem ter, a possibilidade de os ciclos de ensino virem a organizar-se de outra maneira. É preciso refletir se haverá vantagem em homogeneizar a duração destes ciclos, pensada a articulação entre eles, a sua sequencialidade e a diferenciação pedagógica que se lhes venha a atribuir.

Se queremos uma escola que possa promover a articulação da vida escolar com a vida fora dela, então temos que assumir e fazer parte da mudança. O tempo que temos vivido não foi o tempo orientado para a formação de indivíduos cooperativos e solidários. Urge repensar a política curricular vigente. Por este facto, a FENPROF entende que qualquer alteração nesta área deve ser sempre precedida de uma ampla discussão pública e social. ■



A Educação é um bem público?!

• **Brígida Batista**

Vice- Presidente do SPGLI

Com o objetivo de clarificarmos “**Se a educação é, ou não, um bem público?**” e não obstante a dificuldade que se impõe devido à abrangência da problemática em análise, impõe-se-nos uma reflexão sobre esta questão e as suas consequências, em termos do reconhecimento do seu interesse público e da sua importância social. Cumpre-nos agora clarificar o conceito de “bem público” e o que este suporta de forma explícita ou, ainda, de modo mais ou menos implícito.

O conceito de **bem público** remete-nos inequivocamente para um tipo específico de bens cujos benefícios são usufruídos de forma indivisível, ou seja, cujos benefícios são passíveis de ser igualmente usufruídos por TODOS. Os bens de domínio público ou bens públicos, consignados no artigo 84.º da Constituição da República Portuguesa, são aqueles que visam a realização do interesse público e, subjacentes à sua natureza, estão o bem-estar social e a correção de desigualdades. Assim, entendemos que os conceitos de “serviço público” e de “bem comum” são congêneres ao de bem público.

No entanto, este conceito permite a exceção de que se constituam direitos “privativos” a título precário traduzindo-se, por exemplo, na forma de concessões.

Como consequência do atrás exposto, infere-se o seguinte: o ensino privado, dada a natureza distinta que opõe o âmbito restrito do interesse privado à universalidade do bem comum, apenas

pode ter um **carácter supletivo** em relação ao ensino público, conforme está consagrado na Constituição da República Portuguesa e na Lei de Bases do Sistema Educativo!

A existência de contratos de associação (financiamento estatal às escolas do Ensino Particular e Cooperativo) apenas pode ser admitida na estrita medida de complementaridade da rede pública e, tal como está consagrado na CRP e na LBSE, em áreas carenciadas e com carácter meramente transitório. Por outras palavras, e parafraseando Barroso, João (2005, *State, education and regulation of public policies*), não pode o Estado social estar confinado a cumprir as funções de “carro-vassoura” por supostas questões de rentabilidade e eficácia, defendidas pelas políticas neoliberais numa lógica de “interesses ocultos”. O princípio da igualdade, que se traduz em direitos iguais para todos, é inviolável e não pode ser instrumentalizado, sob pretextos ardilosos, numa sociedade de direito, justa e democrática,

Após a clarificação do conceito, estamos em condições de afirmar que a Educação é um **bem público que visa o bem comum!** Na esteira de Rosseau, afirmamos que o bem comum e a igualdade, apenas podem ser concretizados numa sociedade em que a vontade geral prevaleça sobre os interesses particulares, em que o Estado cumpra a sua finalidade enquanto instituição social e política, em que se cumpram os princípios democráticos.

A asserção “**a Educação é um**

bem Público” pressupõe a igualdade de oportunidades, a qual só poderá ser consagrada pelo dever inalienável do Estado garantir, e de igual modo, o direito à educação.

O Estado, enquanto garante dos princípios basilares da democracia, não pode escamotear as suas obrigações, consagradas na CRP, tendo por isso o dever de investir na criação de estabelecimentos de ensino público que cubram todo o território nacional e de conceber objetivamente a rede pública com capacidade de resposta ao direito fundamental e inalienável de todos os cidadãos “ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar” (art.º 74º CPR).

Consequentemente, é dever do Estado promover a democratização da educação e do ensino “e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva” (art.º 73º da CPR).

A educação é um bem público logo, a educação é para todos - estabelece os princípios da gratuitidade e da igualdade cuja prossecução só se concretiza na escola pública, a escola de todos e para todos, promotora dos valores democráticos! ■

Foto: Felizarda Barradas



Ciclos de ensino

Um debate que deve continuar e ser o mais alargado possível

• **Manuel Micaelo**
Maria Felizarda Barradas

[Vice-Presidente do SPGL . Dirigente do SPGL]

Do Plano de ação: “A FENPROF apresenta, de uma forma totalmente aberta e visando a necessária e ampla discussão que tais matérias devem ter, a possibilidade de os ciclos de ensino virem a organizar-se de outra maneira, em vez dos atuais *quatro-dois-três-três-ensino superior*. Impõe-se discutir a organização da escolaridade obrigatória, hoje de doze anos. Por exemplo, há que equacionar se a existência de um ciclo de ensino de dois anos na primeira metade deste percurso mantém a oportunidade que foi considerada em 1986, aquando da aprovação da LBSE, ou se, pelo contrário, haverá vantagem em homogeneizar a duração destes ciclos, pensada a articulação entre eles, a sua sequencialidade e a diferenciação pedagógica que se lhes venha a atribuir.”

No SPGL o debate já se iniciou há uns anos e teve maior expressão em 2011 com a realização da Conferência “O que mudar na Escola Pública?”, onde foi discutida a Estrutura do Sistema Educativo e a possível reorganização dos ciclos de ensino, decorrente do prolongamento da escolaridade obrigatória para 12 anos. A discussão foi bastante alargada, essencialmente em torno de duas propostas: manter os 4 anos (1º Ciclo) + 2 anos (2º Ciclo) + 3 anos (3º Ciclo) do atual Ensino Básico, em conjunto com 3 anos do Ensino Secundário, ou optar por outro sistema de 6 anos (Ensino Básico) + 6 anos (3 para o 1º Ciclo do Ensino Secundário + 3 para o 2º

Ciclo do Ensino Secundário). Não tendo esta discussão sido conclusiva, ficou claro que o debate teria que continuar e que esta questão devia ser articulada com o atual esquema da formação inicial dos professores. Foi consensual que mais importante do que discutir a estrutura do sistema seria debater como organizá-lo, no que diz respeito à formação inicial e contínua dos docentes e à questão da existência de várias vias, uma de prosseguimento de estudos e outra de índole mais profissionalizante.

Ficou ainda claro que os professores não aceitam que existam escolas a diferentes velocidades, bem como cursos e turmas dentro da mesma escola com grandes diferenças qualitativas, sendo necessário transformar o ensino de 12 anos massificado, num ensino de qualidade, embora com a possibilidade de existirem vias diferentes.

Acrescentamos agora mais algumas achegas para a discussão:

Não podemos nem devemos ignorar a existência da Educação Pré-escolar, primeira etapa do processo educativo, que poderia/deveria estar mais articulado com o Ensino Básico. Aliás, há quem defenda o Ensino Básico em 2 ciclos de 4 anos cada (dos 4 aos 8 anos e dos 8 aos 12 anos) e depois o Ensino Secundário (dos 12 aos 16 anos) com um ciclo de 4 anos.

Também não podemos fazer de conta que não existem perspetivas diferentes na organização do 1º CEB. Sobretudo nos últimos anos, tem sido cada vez mais clara a tensão entre monodocência, monodocência coadjuvada e plurido-

cência. Notória tem sido, também, a tendência para a disciplinarização deste setor, descaracterizando-o, em muitos casos com recurso a docentes de outros ciclos. De notar, ainda, as tentativas de “empurrar” o 1º CEB umas vezes para junto da Educação Pré-escolar e outras para junto do 2º CEB.

No 2º Ciclo que, de acordo com algumas opiniões, parece constituir um dos pontos críticos do atual sistema (pela desarticulação em relação ao 1º ciclo, pela excessiva especialização,...), julgamos que não é mudando a estrutura e o nome às coisas que as realidades se alteram, dado o poder organizador das culturas profissionais e organizacionais. No 3º ciclo o problema prende-se sobretudo com a excessiva fragmentação curricular: a intervenção mais acertada seria a redução ao essencial – identificando-se a cultura comum de base, mantendo o currículo único, mas, talvez, com uma matriz mais diversificada no 9º ano (ano de fecho da educação básica e experimentação/indução do ensino secundário).

Parece-nos pois mais sensato manter a estrutura do Ensino Básico, mas intervir na:

- formação inicial de professores;
- formação contínua;
- (re)organização dos grupos de docência (apesar de haver grupos de recrutamento com habilitações para duas disciplinas parece-nos que um grande número de escolas não tem usado essa possibilidade);
- organização escolar.

É claro que o debate está longe de terminar e por isso deve continuar e ser o mais alargado possível. ■

Descentralização e autonomia das escolas

Uma equação impossível para a gestão democrática?

• **António Nabarrete**
|Dirigente do SPGL|

Para a FENPROF a descentralização e autonomia das escolas é indissociável da gestão democrática. Esta

posição remonta aos anos noventa do século passado e foi reafirmada, e bem, no 12º Congresso que decorreu no Porto nos dias 29 e 30 de Abril deste ano.

Porém, e ainda antes de entrar nas questões ligadas à descentralização e autonomia, convém precisar o que se entende por gestão democrática. A FENPROF defende há muito, e reafirmou-o neste último congresso, um modelo com três níveis de intervenção:

a) um órgão de direcção forte, a que chama Conselho de Direcção, constituído por representantes de todos os intervenientes directos na vida escolar (professores, funcionários, alunos e pais/encarregados de educação), com poderes no domínio das decisões de política educativa e de orientação pedagógica. Nomeadamente em matérias como o currículo, a composição e competências das estruturas de gestão intermédia, os critérios para a organização de espaços, tempos e número de alunos por turma e a gestão dos



Foto: Felizarda Barradas

créditos horários destinados ao desenvolvimento de projectos; b) um órgão de gestão pedagógica, o Conselho Pedagógico, composto por educadores e professores, encarado como uma secção do Conselho de Direcção, com um presidente eleito pelos seus pares e os restantes membros eleitos pelas estruturas de gestão intermédia e de supervisão pedagógica. Este órgão será responsável pela definição do modelo de organização do processo de ensino-aprendizagem, pela coordenação pedagógica e a articulação

curricular em termos da sua adequação à realidade de cada comunidade educativa garantindo, ao mesmo tempo, a prevalência de critérios pedagógicos e científicos sobre os critérios administrativos ou quaisquer outros; c) um Conselho de Gestão, composto por uma equipa eleita de professores, a quem cabe realizar a gestão quotidiana das escolas nos domínios pedagógico, administrativo e de pessoal, no respeito pelas orientações do órgão de direcção.

É mais do que evidente que este

Foto: Henrique Borges



tipo de modelo está muito longe daquele que vigora actualmente no sistema educativo. Significa isto que sem a alteração do modelo de gestão das escolas e agrupamentos não é possível avançar, no entender da FENPROF, para as questões da descentralização e autonomia? Todos sabemos que qualquer processo é dialéctico e interactivo. Avanços numa área podem resultar em avanços noutras que com ela estão ligadas e, por isso, uma tal compartimentação não é possível. Nem sequer desejável. No entanto, permanece sempre a questão de fundo. Como conseguir que os avanços vão na direcção que consideramos certa? No programa do XXI Governo Constitucional nada consta sobre uma eventual alteração do actual modelo de gestão das escolas. Afirma-se que “*é fundamental consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências até agora concentradas no Ministério da Educação, com reforço da legitimidade e da responsabilidade dos seus órgãos de administração e gestão. Este esforço tem como elemento fundamental a consolidação da autonomia pedagógica das escolas e dos professores*”. A abertura para a eventual revisão do modelo estará no “*reforço da legitimidade dos órgãos de administração e gestão*”? O futuro o dirá. Mas uma coisa é certa: a Fenprof não deixará de colocar esta questão no topo das suas preocupações e iniciativas.

O processo de municipalização lançado pelo anterior governo mostrou à evidência a “fragilidade”, em termos da construção de uma escola pública democrática, do actual modelo de gestão. As

escolas e agrupamentos foram completamente postas à margem e os actores principais foram os directores e as autarquias. Aqueles em posição de subalternidade e representando-se a eles próprios. Os Conselhos Gerais, mesmo quando manifestaram a sua oposição ao processo, foram completamente ignorados. É preciso evitar que a descentralização que o actual governo defende tenha qualquer ponto de contacto com a municipalização que o anterior pôs em marcha, substituindo a autonomia das escolas pelo poder quase discricionário dos municípios. Por isso, a exigência de debate público, que a FENPROF defende, sobre a transferência de competências no âmbito de uma qualquer descentralização, faz todo o sentido.

Esse debate deve esclarecer, entre outras coisas, que competências devem ser descentralizadas e para que órgãos. Sendo evidente que os destinatários destas competências se encontram ao nível local e ao nível das escolas, é muito menos evidente quais deverão ser essas competências e que órgãos devem assumir. A Fenprof defende a criação de Conselhos Locais de Educação (CLE), estruturas nas quais os municípios têm um papel importante mas não determinante. Estes CLE são órgãos locais de administração educativa, de representação ampla e pluralidade de interesses, com competências próprias (por exemplo, na organização da rede escolar, na definição das áreas vocacionais a adoptar no ensino secundário ou na definição das componentes curriculares locais). Não tutelam as escolas, são antes instâncias privilegiadas de territorialização das políticas educativas nacionais.

Aqui coloca-se o mesmo problema que no caso da gestão demo-

crática. Não há qualquer indicação de que o actual governo vá caminhar para uma solução que passe pelos CLE. É possível fazer caminho no interesse da autonomia das escolas, com outro tipo de soluções, enquanto nos batemos pela criação daqueles conselhos?

Há outras questões que emergem destes processos de descentralização e (eventual) autonomia das escolas. É que para além da rede escolar, da definição das áreas vocacionais ou das componentes curriculares locais, há a contratação de docentes, a livre selecção dos alunos, as despesas salariais ou a autorização para recurso a créditos bancários que, obviamente, são a outra face da moeda nestes processos. E se é verdade que em relação à livre selecção dos alunos há protecção constitucional, nos outros casos tal não se verifica de forma clara. A FENPROF não aceita, e bem, a inclusão destas questões em qualquer processo de descentralização e autonomia. Mas elas dão bem a medida da dificuldade da nossa tarefa.

A resposta à questão que titula este texto só pode ser negativa. Mas para que ela se verifique muita coisa tem de acontecer. Em termos políticos puros e duros e em termos da nossa luta sindical assente em proposição e negociação. E nós iremos à luta nestes termos. Nenhuma dúvida acerca disso! Mas temos primeiro que tudo colocar na ordem do dia a desmontagem dos mega-agrupamentos, o regresso às escolas no que elas têm de dinâmica própria, de projecto, de condições de trabalho e de entusiasmo dos alunos, docentes e trabalhadores. É que a gestão democrática faz-se com todos eles e ela é a base essencial para a autonomia. ■

O autor não usa o Novo Acordo Ortográfico



Tempo dos Sindicatos ou Tempo da Política?

• António Avelãs

Dirigente do SPGLI

O capítulo 3 do Programa de Ação aprovado no 12º Congresso da FENPROF

tem como título “*A importância do sindicalismo e da sindicalização num tempo que continua a ser dos sindicatos. Uma breve referência à história do sindicalismo em Portugal*”.

A repetição de palavras de ordem ou de *slogans* em situações diferentes torna-os banais e retiram-lhe força e significado. É o que acontece com a expressão “tempo dos sindicatos”, que **este**, diz o título citado, continua a ser – como se algum houvesse em que o sindicalismo e a sindicalização não fossem importantes.

Sem pôr em causa a importância e a imprescindibilidade dos sindicatos, estou convencido que este é mais o tempo da política (e dos políticos) que o tempo dos sindicatos (e dos sindicalistas). Em Portugal, no Brasil, nos países da União Europeia, para falar apenas do que nos está mais próximo, mais do que reivindicações estritamente sindicais (salários, horários, estatutos...) o que está “na ordem do dia” é o modelo geral de sociedade que queremos (ou podemos) construir. O movimento sindical tem o seu papel na luta contra a desumanização imposta pelo capitalismo neoliberal, deve desempenhar papel relevante na luta do povo brasileiro contra os que lhe querem roubar

as (parcas) conquistas obtidas no tempo de Lula; em Portugal deve possibilitar o êxito possível da nova maioria tão laboriosamente construída. Mas em qualquer dos casos **é a solução política que é prioritária e definidora de vitórias consolidadas.**

O movimento sindical não pode estar partidariamente enfeudado, isto é, não pode submeter a sua agenda e os seus objetivos às agendas e objetivos partidários, mas não é – nem deve ser – neutro no combate político, entendido como um combate para a construção de um modelo de sociedade. Não pode admitir que a satisfação de reivindicações corporativas – mesmo que justas – conduzam ou facilitem soluções políticas contrárias ao interesse geral.

Falemos claro: os sindicatos da CGTP – e, portanto, também os sindicatos da FENPROF –, sem deixarem de reivindicar melhorias para os trabalhadores, têm de assumir, **neste tempo**, a consistência da nova maioria parlamentar de apoio ao governo PS como uma questão estratégica – a oposição ao regresso do ultraliberalismo de Passos Coelho. Têm mesmo de apoiar a solução encontrada e viabilizá-la, não se deixando iludir pela demagogia de propostas “muito reivindicativas” dos sindicatos de direita – que os há e fortes...

Exemplos práticos de “sindicalismo muito revolucionário” que facilitaríamos a vida da direita: fazer

greve pela exigência de aumentos salariais de 5% em 2016, exigir a contagem imediata e integral do tempo de serviço roubado desde 2005 para a progressão na carreira e reposição imediata nos escalões devidos ...

Como central constituída sobretudo por sindicatos de esquerda e com a forte presença comunista na sua direção, estruturar uma ação sindical reivindicativa, mas que simultaneamente sustente a atual maioria parlamentar e o governo do PS, parece ser uma tarefa ao alcance da CGTP-IN.

A UGT terá aqui uma situação talvez mais delicada, uma vez que os sindicatos ligados ao PSD que a integram não deixarão de, estrategicamente, mesmo que de forma velada, utilizar a sua força e a da central para, sob a capa das reivindicações laborais, ajudarem a que a maioria parlamentar não funcione...

Não se queira daqui concluir que não há espaço para a ação sindical: há e é preciso saber aproveitá-lo. Relançar a contratação coletiva, reverter medidas negativas da revisão do Código do Trabalho, negociar melhorias das condições de trabalho – as 35 horas, por exemplo -, lutar por aumentos economicamente viáveis de salários, incluindo o salário mínimo...

Este é, antes do mais, **o tempo do combate político**, com o qual a luta sindical tem de saber conciliar-se. ■

Ação reivindicativa na ordem do dia



Foto: Henrique Borges

“No atual quadro político, a ação e a luta reivindicativas não são dispensáveis, pelo contrário, ganham novo sentido. Havendo condições mais favoráveis à obtenção de resultados, exige-se que a FENPROF, enquanto organização mais representativa dos docentes em Portugal, tome a iniciativa de elaborar propostas a apresentar às entidades com competência para negociar e capacidade para resolver problemas.

“Com aquele objetivo, deverá a FENPROF criar condições para o debate que o concretize, desde logo, mantendo, os seus Sindicatos, uma prática de proximidade aos professores, com a realização de reuniões nas escolas e a dinamização dos núcleos sindicais de base.

“A par do debate, será necessário manter uma ação forte que permita que os professores manifestem, ativamente, as suas posições, reforçando, assim, a ação sindical que se desenvolve, quer em sede negocial, quer no plano reivindicativo”. Esta a introdução da Resolução sobre Ação Reivindicativa, aprovada no Congresso. No texto, denuncia-se a degradação das condições de trabalho e vida dos professores, as mais diversas situações irregulares, o desrespeito pelas negociações, como saldo das políticas desenvolvidas pelo anterior governo e dá-se conta dos contatos e evolução no relacionamento negocial com a atual equipa negocial.

É tendo em conta este quadro que o 12º Congresso Nacional dos Professores decidiu um conjunto de orientações.

No que respeita ao conteúdo das orientações:

i) **No que concerne à Escola Pública**, necessitando esta de recuperar as condições de trabalho que tem vindo a perder, fragilizada por medidas como a extinção da gestão democrática, a constituição de

mega agrupamentos, a redução ou eliminação de recursos indispensáveis, o empobrecimento das respostas educativas e formativas, a FENPROF decide:

- Propor à Assembleia da República a criação do **Dia da Escola Pública**, sendo essa a oportunidade para, com o envolvimento das comunidades educativas, trazer à rua tudo o que de bom acontece na Escola de todos os portugueses, avançando a FENPROF com a iniciativa, mesmo que a proposta não seja aprovada;
 - Defender a reposição da gestão democrática das escolas, desagregar escolas a quem foi imposta a solução “mega-agrupamento” e eliminar de vez a municipalização, no quadro de uma **verdadeira descentralização do sistema educativo**;
 - Contribuir para o **reforço do caráter inclusivo** da Escola Pública, desde a Intervenção Precoce ao Ensino Superior, dando particular atenção à recente alteração na constituição de turmas (despacho normativo 1-H/2016), bem como ao investimento necessário para que todos os alunos com NEE possam estar, pelo menos, 60% do tempo letivo na sua turma.”
 - Defender a criação na rede pública das salas necessárias a uma efetiva universalização da oferta da Educação Pré-Escolar às crianças de 3 e 4 anos
 - Defender a eliminação **dos percursos de aprendizagem soluções impostas com o objetivo de elitizar o acesso ao conhecimento**, discriminando crianças e jovens a quem foi precocemente negada a igualdade de oportunidades.
 - Alimentar um processo de **debate alargado em torno da revisão curricular dos ensinamentos básico e secundário**, respeitadora da função docente e dirigida a uma educação integral e emancipadora dos nossos alunos.
- ii) **No que concerne aos docentes**

e **investigadores**, a FENPROF, aberta, como sempre esteve, a convergir com outras organizações em ações concretas, elege como prioritária a ação e a luta em torno dos seguintes objetivos:

- **Estabilidade de emprego e profissional**, dando combate decidido à precariedade;
- **Aposentação aos 36 anos de serviço**, sem outro requisito, admitindo-se que, transitoriamente, seja aos 40 anos, evoluindo ao longo da legislatura para a solução definitiva;
- **Melhoria das condições de trabalho**, nomeadamente ao nível dos horários, requisito indispensável à elevação da qualidade do ensino e da educação;
- **Regularização de todas as situações de carreira e o seu descongelamento em 2017**, no quadro dos estatutos que vigoram e das respetivas tabelas salariais;
- **Revisão, ainda em 2016, do atual regime de concursos** e pela inclusão, no mesmo, de uma norma que transponha, adequadamente, a diretiva comunitária 1999/70/CE, de 28 de junho;
- **Aplicação daquela diretiva em todas as áreas do sistema educativo** em que a mesma não conheceu qualquer transposição para a lei nacional;
- Valorizar o exercício da atividade docente dos educadores de infância a exercer em contexto de creche garantindo o reconhecimento desse tempo como tempo de serviço docente;
- iii) No que concerne ao Ensino Particular e Cooperativo:
 - **Defesa da negociação coletiva no setor privado, incluindo o ensino superior privado**, de forma a assegurar a melhoria das condições de trabalho e o respeito pelo exercício da profissão docente também neste setor;
 - Efetiva intervenção da ACT e da IGE nos estabelecimentos de Ensino Particular e IPSS de forma a

garantir a salvaguarda dos direitos dos docentes;

iv) No que concerne a aspetos do âmbito da administração pública, propõe-se defender:

• *A manutenção da Caixa Geral de Aposentações*

• A valorização das pensões e pela abolição das sucessivas alterações aplicadas na forma de cálculo, a partir de janeiro de 2006, que têm reduzido o valor das pensões e provocado grandes disparidades em relação às pensões de trabalhadores com salários e tempo contributivo idênticos;

• *A atualização anual dos salários e das pensões;*

• *A manutenção da gestão pública ADSE*, devendo a FENPROF participar no debate sobre o seu futuro.

No que respeita às ações a desenvolver com vista à satisfação das orientações atrás definidas, a FENPROF decide:

• Envolver e mobilizar os professores na discussão das propostas apresentadas pelo ME no âmbito dos processos negociais a iniciar a 3 de maio, sobre horários de trabalho, componentes letiva e não letiva de estabelecimento, mobilidade por doença e outros, exigindo que ao longo da negociação se chegue a resultados que sejam favoráveis aos professores

• Apresentar ao ME, ainda no presente ano letivo, *propostas globais de revisão dos regimes de concursos e de aposentação dos docentes*, dando, assim, início ao processo negocial obrigatório, nos termos do disposto na Lei n.º 35/2014, designadamente do seu artigo 350º;

• Promover *um abaixo-assinado/petição nacional* no/a qual convirjam todos os docentes, abordando quatro aspetos fundamentais das suas carreiras profissionais: combate à precariedade, horários de trabalho, progressão nas carreiras e aposentação justa;

• Avaliar as condições para a realização de um processo de revisão do ECD e, caso seja essa a opção tomada, realizar uma *Conferência Nacional de quadros sobre a carreira docente* que debata e ratifique a proposta negocial global a apresentar pelo Secretariado Nacional da FENPROF;

• Realizar em 5 de outubro (Dia Mundial dos Professores), uma *ini-*

ciativa nacional de relevo que assinala os 50 anos da aprovação da Recomendação conjunta UNESCO / OIT sobre o estatuto dos professores, sendo, nesse sentido,

constituído um grupo de trabalho que deverá, durante o mês de maio, apresentar uma proposta concreta;

• Realizar uma *Campanha Nacional em defesa de uma gestão democrática para as escolas*, que implique a organização de debates nas regiões em torno da proposta da FENPROF, a auscultação dos docentes e a realização de reuniões com os diversos representantes da comunidade educativa e a realização de uma iniciativa nacional em que participem representantes de toda a comunidade e os grupos parlamentares, culminando com a entrega formal de proposta negocial ao ME;

• Organizar um *encontro nacional que culmine um conjunto de ações descentralizadas visando aprofundar a reflexão sobre a formação de professores*, nas suas diversas modalidades, as condições de ingresso na profissão e o conjunto de valores a ter em conta no seu exercício;

• Prosseguir, em parceria com outras organizações, com a *concretização de iniciativas destinadas a promover a inclusão em espaço escolar*;

• Realizar um *encontro nacional para debate sobre as orientações curriculares para a Educação Pré-Escolar* e que, simultaneamente, tome posição sobre a atividade a desenvolver nas creches, sendo esta iniciativa de grande importância e atualidade, tendo em conta recentes afirmações que vão no sentido de acentuar o caráter social deste setor de educação.

• Apresentar ao Governo e à Assembleia da República um *Caderno Reivindicativo para o 1.º Ciclo do Ensino Básico* que concretize a apresentação de soluções para os problemas, de ordem sistémica e profissional, que foram objeto de denúncia pública, no âmbito da Campanha Nacional “Caminhos para a valorização do 1.º Ciclo do Ensino Básico”;

• Promover uma *deslocação de docentes do ensino superior ao MC- TES*, com o objetivo de levar o ministro a iniciar negociações, desde logo no sentido de atender à recen-

te recomendação da Assembleia da República sobre alargamento do período transitório e aplicação da diretiva comunitária 1999/79/CE, de 28 de junho;

• Realizar, no início de 2017, a *4.ª Conferência Nacional do Ensino Superior e Ciência*, no sentido de garantir uma maior e melhor intervenção sindical neste setor;

• Realizar a Conferência Nacional do Ensino Particular e Cooperativo, com vista à reflexão e debate dos problemas socioprofissionais do sector;

• Organizar a *2.ª Conferência Nacional de Docentes Aposentados*, espaço fundamental para a organização e definição da estratégia de intervenção sindical dos docentes aposentados;

• *Reforçar a ação jurídica* para a resolução de problemas que não sejam solucionados pela via negocial, nomeadamente a regularização de diversas situações de carreira, o ressarcimento de docentes prejudicados pela PACC, a transposição correta da diretiva 1999/70/CE, bem como, no ensino particular e cooperativo, os relativos a despedimentos ilegais;

• Desenvolver iniciativas, tanto no plano institucional, como reivindicativo, que visem *afirmar e reforçar os direitos sindicais* e o respeito pelo livre exercício da atividade sindical;

• *Participar empenhadamente nas ações a desenvolver pelo movimento sindical unitário* em defesa dos direitos, dos salários, das pensões, de serviços públicos, pilar fundamental de uma sociedade justa e verdadeiramente solidária, desde logo na campanha nacional contra a precariedade e também nos processos de enquadramento legal global da administração pública;

• Manter uma *participação empenhada nas ações de âmbito internacional* a desenvolver no quadro do CSEE, da IE, da CPLPSE, do Fórum Iberoamericano, do Fórum Social Mundial ou do movimento Alter Summit, em defesa de uma Europa e um mundo justos, solidários, desmilitarizados, respeitadores da soberania dos estados e dos povos, bem como dos direitos dos trabalhadores. ■

Um sindicalismo progressista ao serviço da educação para todos

• Lígia Calapez

Jornalista

No quadro do congresso, e antecedendo-o, realizou-se a conferência internacional “Um sindicalismo progressista ao serviço da educação para todos”. Com uma intervenção de abertura de Manuela Mendonça (*de que aqui reproduzimos largos extratos*) e encerramento por Mário Nogueira, a conferência registou mais de duas dezenas de breves intervenções de sindicalistas dos vários continentes e diversas realidades sociopolíticas que, entretanto – como ficou patente - no geral, refletem problemas de essência comum.

Cortes e regressão nas condições educativas em muitos países, precariedade, espaço crescente aos privados, igualdade de oportunidades comprometida – foram algumas das expressões que marcaram praticamente todas as intervenções. Na Europa – naturalmente de Espanha, França, Itália. Mas também, com nuances embora e em escalas diferentes, em países em que tal seria mais insuspeito. Como é o caso da Dinamarca, onde se faz sentir um estreitamento do currículo, um “retirar da democracia da sala de aula”. Ou da Holanda, onde os salários estão congelados desde há 6-7 anos e se regista uma grande falta de professores qualificados. Noutras regiões do mundo vivem-se naturalmente situações bem mais dramáticas. Mas a lógica é a mesma – a lógica do mercado, a lógica neoliberal.

Na América Latina – e muito em particular no Brasil (*de que*

aqui damos testemunho aparte) - o domínio da política assume óbvia primazia. Quando o que está em causa é um golpe contra a democracia e a ameaça de uma regressão civilizacional, todas as forças sociais

– sindicatos naturalmente incluídos – assumem como prioridade a luta política.

Uma outra dimensão da luta política, referida nas intervenções de vários sindicalistas – esta mais centrada na Europa – tem a ver com defesa dos direitos mais elementares dos refugiados e das crianças refugiadas.

Em África ressalta uma profunda falta de condições mínimas de trabalho nas escolas. Que se cruza ainda, nalguns casos, com complexas situações políticas.



Foto: Arquivo FENPROF

Também aí há menos investimento na escola pública e proliferação do privado. E vivem-se realidades tão impensáveis como – no caso de São Tomé e Príncipe – turmas com 70, 80, 90 alunos. Face à clara identidade dos problemas por todos sentidos e que radicam numa mesma lógica neoliberal, muitos foram os intervenientes que defenderam a coordenação de esforços e lutas. Um imperativo no nosso mundo globalizado. ■

Estiveram presentes no congresso 60 convidados de 39 organizações, de 26 países (Europa, África, América do Norte, América Central e América Latina e Ásia).

De entre as organizações presentes, 5 são de âmbito mundial ou regional: Internacional da Educação (IE), Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos, Comité Sindical Europeu de Educação, Comité Permanente do Ensino Superior e Investigação e Confederação dos Educadores Americanos.

De destacar a presença do Secretário-geral da Internacional de Educação, Fred van Leeuwen, de cuja *intervenção, na abertura do congresso*, aqui reproduzimos largos excertos.



Foto: Arquivo FENPROF

Por “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”

• **Manuela Mendonça**

Coordenadora do SPNI



Foto: Arquivo FENPROF

Coube a Manuela Mendonça, em nome do Departamento de Relações Internacionais da FENPROF, dar o “pontapé de partida” ao conjunto de breves intervenções que teve lugar na Conferência Internacional. Aqui damos nota de extratos fundamentais da sua intervenção.

Dois importantes documentos

Começo com uma referência a dois documentos que a FENPROF decidiu reeditar para este congresso:

O 1º é a Recomendação da OIT/UNESCO de 1966 relativa à Situação dos Professores – um documento que mantém grande importância e atualidade 50 anos passados sobre a sua aprovação, quando defende:

- A educação como um dos direitos fundamentais da humanidade;
- A responsabilidade dos estados de assegurarem, a todos, uma educação de qualidade;
- O “papel essencial dos professores” para o desenvolvimento do ser humano e da sociedade e

a necessidade de “assegurar ao pessoal docente uma condição que esteja de acordo com esse papel”;

- A importância das organizações de professores e o considerável contributo que podem dar ao progresso da educação”.

O texto retoma, por mais do que uma vez, uma conceção progressista de educação: toda a criança tem o direito a “beneficiar de todas as oportunidades de educação”; a todos devem ser concedidas “iguais facilidades para a efetivação do seu direito à educação”... e, mais à frente, “que nada limite a possibilidade de cada aluno alcançar qualquer nível ou tipo de ensino”.

Para isso, a Recomendação sublinha como prioridade “a atribuição de uma parte suficiente

do rendimento nacional para o desenvolvimento da educação”.

O 2º documento a que quero fazer referência é um desdobrável com um conjunto de transcrições de manuscritos e intervenções de John Dewey, conhecido filósofo e pedagogo norte-americano, considerado a principal referência da educação progressista na primeira metade do século XX. Este conjunto de textos - publicado em 1928 pela Federação Americana de Professores, de que ele era sócio número 1 - tem como título “Por que é que os professores precisam de um sindicato”. Nas suas intervenções Dewey explica por que se orgulha de ser membro de um sindicato de professores, uma “organização de trabalho agressiva, que represente todos os interesses que os professores têm em comum e que, ao representá-los, represente também a proteção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e com isso reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual”. Entre outros aspetos, realça a ação dos sindicatos na defesa de salários que assegurem “um nível de vida decente” e o seu contributo histórico para “melhorar a educação pública e introduzir os princípios e ideais de educação progressista nas escolas”, assim como para “elevar o nível moral, intelectual e social da profissão”.

O movimento sindical como instrumento para a transformação da sociedade

Usei estas duas referências para **sublinhar uma ideia que tem a ver com o tema proposto para este seminário**: a intervenção e luta dos professores, no passado como no presente, tenda a associar os interesses socioprofissionais com preocupações pela qualidade da educação. Os sindicatos de professores assumem, assim, uma dupla característica: por um lado são organizações reivindicativas de direitos laborais, por outro são proponentes de ideários, de valores e de projetos educacionais e profissionais.

Mas um sindicalismo apenas centrado nos problemas específicos de cada profissão, sem intervir na sociedade em que ela se insere, é como um médico apenas preocupado em baixar a febre de um doente, sem cuidar da infecção que a provoca.

Nesta perspetiva, que encara o movimento sindical como instrumento para a transformação da sociedade, o sindicalismo docente tem de questionar e colocar **no centro** da sua intervenção o **papel social desempenhado pela escola**.

Sendo um aparelho ideológico do Estado, a escola é também um terreno onde as forças conservadoras e progressistas se confrontam. Pode ser um espaço de reprodução ou de transformação social, consolidar as desigualdades ou contribuir para a sua diminuição, ter um funcionamento autoritário ou democrático, centrar-se na qualificação de mão-de-obra para o mercado de trabalho ou no desenvolvimento integral de todas as capacidades do ser humano, fomentar a competição ou a solidariedade, promover o conformismo ou o espírito crítico, ter como objetivo a seleção dos melhores alunos ou o sucesso de todos, ou seja, a escola pode resignar-se passivamente à ideia que os alunos são um produto das

suas circunstâncias, ou, por isso mesmo, tudo fazer para humanizar essas circunstâncias.

O ato educativo é um ato político, sem qualquer espaço para a neutralidade. Cabe ao sindicalismo docente apoiar, mobilizar e organizar todos os professores que dão prioridade aos alunos mais desfavorecidos e que a todos armam com os conhecimentos e competências que lhes permitam identificar e combater todos os constrangimentos à sua plena realização pessoal e profissional.

Só neste sentido se pode compreender o que disse **Mandela** quando afirmou que “a educação é a arma mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo.” Sem educação não há democracia, porque sem conhecimento não é possível saber quais as escolhas que nos interessam. Sem educação não há progresso, porque através dela se cria o capital humano, ou seja, a riqueza mais valiosa e sustentável de qualquer país. A força desta evidência e o seu alcance estratégico fazem com que a exigência de uma educação para todos seja a primeira bandeira da luta sindical. Neste combate, **o principal inimigo é o neoliberalismo**, que pretende transformar a educação num negócio, as escolas em empresas e os alunos em consumidores desse mercado, mas apenas na justa medida do poder de compra de cada um.

Articular lutas

Assistindo frequentemente ao anúncio da sua morte, **o sindicalismo** continua a ser o movimento social mais relevante do mundo contemporâneo. Isso deve-se ao lugar central que o trabalho (ou a falta dele) continua a ter na vida das pessoas. Mas a vida das pessoas tem outras dimensões e é afetada por muitos outros problemas que geraram outros tantos **movimentos sociais**, em torno de causas tão importantes como a paz, a defesa do ambiente, a igualdade de género, os direitos

humanos, a erradicação do trabalho infantil, a defesa do consumidor, a luta contra o racismo e a xenofobia e tantas outras. Para benefício mútuo e de toda a humanidade, o movimento sindical deve estabelecer uma relação mais aberta e uma ação mais articulada com estes movimentos que trouxeram para a luta política formas mais criativas de ativismo e intervenção pública, introduziram um novo discurso, assim como novas modalidades de organização.

Num **mundo cada vez mais globalizado** e dominado pelos grupos financeiros, nenhum problema tem solução e nenhum combate se resolve apenas à escala nacional, sem uma articulação entre o nacional, o regional e o global. Por isso é tão importante o trabalho que desenvolvemos juntos, nomeadamente no Comité Sindical Europeu de Educação e na Internacional da Educação. Sublinho, por exemplo, a importância da campanha da IE agora em curso contra a mercantilização e a privatização da Educação. Mais do que nunca se impõe que os sindicatos reforcem a sua coordenação internacional e sintam como suas todas as lutas sociais contra as injustiças, em qualquer parte do mundo onde aconteçam. Como nos lembrou Eduardo Galeano, “A economia mundial é a mais eficiente expressão do crime organizado. Os organismos internacionais que controlam a moeda, o comércio e o crédito praticam o terrorismo contra os países pobres e contra os pobres de todos os países, com uma frieza profissional e uma impunidade que humilha o melhor dos bombistas.” Combater este crime organizado é, neste momento, a maior responsabilidade do sindicalismo progressista, unindo e juntando-se a todas as forças que, à semelhança de Rosa Luxemburgo, lutam por “um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”. ■

Brasil

Dois olhares, uma mesma luta



Foto: Arquivo FENPROF

Nos debates e documentos divulgados pelos sindicalistas brasileiros a questão abordada foi – como seria natural – mais que a problemática sindical, o difícil momento político que se vive no país. Aqui ficam, em breve síntese, uma nota da intervenção de Ramiro Leão, Presidente da CNTE, e parte do documento ao Congresso, da Contee.

Resistir é a palavra de ordem



Foto: Arquivo FENPROF

• Ramiro Leão

Presidente da CNTE

A situação criada pela direita no Brasil, não é apenas uma questão do Brasil, é de toda a América latina. Em muitos países latino americanos, dirigidos por governos progressistas com cariz de uma certa justiça social, assistimos à reorganização das forças de direita contra as conquistas dos trabalhadores e contra o con-

ceito de “Estado social”.

O parlamento brasileiro deu um espetáculo a todos os títulos lamentável; o momento mais cruel terá sido o elogio feito por um deputado a um militar conhecido como um dos maiores tortionários torturadores durante a ditadura militar. Recorde-se que Dilma também foi torturada.

Não há nenhuma acusação objetiva contra Dilma. O pretexto da acusação (a “pedalada fiscal”, isto é, a antecipação contabilística de receitas futuras), tem sido prática de todos os presidentes, governadores, presidentes de câmaras,...

O objetivo dos “golpistas” é atingir Lula, através de Dilma, pondo fim a um modelo político de valorização do trabalho e dos trabalhadores e de condições mínimas

de dignidade para milhões de brasileiros. Afirmção do vice-presidente, M. Telmer, um dos chefes do golpe: “O erro de Lula foi olhar só para os trabalhadores”. Uma das suas (de Telmer) propostas é pôr fim à “vinculação” dos impostos destinados à Educação, e a Saúde públicas, apostando na privatização total destes setores.

É previsível que o *impeachment* afaste Dilma; mas estão em curso enormes manifestações de rua contra os intentos golpistas, quer do movimento sindical quer dos movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra. Resistir é a palavra de ordem e daí a importância dos apoios de solidariedade internacional. ■

O que se esconde é o interesse do capital nacional e internacional

• CONTEE

|Confederação Nacional de Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino |



Foto: Arquivo FENPROF

Há poucos dias, em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados do Brasil, por 367 votos a favor e 137 contrários, atropelou a Constituição da República, o Estado Democrático de Direito e mais de 54 milhões de votos populares conquistados nas últimas eleições nacionais e

aprovou a abertura de um processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff sem motivo legítimo. Por trás de argumentos falsamente nobres, como o combate à corrupção – justificativa, aliás, usada por corruptos contra a única pessoa contra quem não pesa nenhuma acusação -, o que se esconde é o interesse do capital nacional e internacional, a sanha empresarial de destruir direitos trabalhistas, o desprezo elitista pelas conquistas sociais que, nos últimos 13 anos, tiraram milhares da miséria e ampliaram o acesso do povo brasileiro à educação.

Além disso, é preciso denunciar que, nesta mesma sessão parlamentar farsesca que instaurou o processo contra a presidenta da República, um deputado, de

nome Jair Bolsonaro, cometeu crime de apologia à ditadura e à tortura ao prestar homenagem ao coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, um dos maiores torturadores do regime militar brasileiro, que teve entre as suas vítimas, inclusive, a própria presidenta Dilma. A Contee, por essa razão, entrou na Justiça com uma representação criminal contra o parlamentar. É algo inadmissível para nós, que tanto lutamos pela democracia no Brasil, e sabemos que é inadmissível também para Portugal, que levantou cravos vermelhos contra a dominação do Estado Novo, bem como é inadmissível para cada uma das antigas colônias portuguesas aqui presentes, nossas irmãs, hoje países livres porque lutaram de peito aberto por suas independências. ■

Uma política educativa de cortes

• Gabriel (BIEL) Caldentey Ramos

|Responsável pelo setor internacional do STES|



Foto: Arquivo FENPROF

Os sindicatos “progressistas” de professores em Espanha sofreram quatro anos do governo de direita do PP de Mariano Rajoy, que promoveu

uma política educativa de cortes: menos orçamento (uma perda de quase 20%), menos professores (cerca de 10% de redução dos quadros) e, sobretudo, certos “cortes” ideológicos somados aos cortes materiais.

A lei educativa aprovada pela direita - a “LOMCE”, conhecida pela ley Wert, do nome do ministro da Educação – é o projeto mais neoliberal, reacionário e regressivo a que se chegou em democracia.

O facto de as forças de esquerda não terem sabido, ou não terem

podido, pôr-se de acordo, representou uma desilusão para o movimento sindical. Porque esta paralisia traduziu-se numa perda de 6 meses para travar a dita lei e alterar o sentido das políticas educativas, laborais e sociais.

É verdade que a esquerda não detém uma maioria de lugares no Parlamento, mas tão pouco a direita. O PSOE e o PODEMOS preocuparam-se mais com a sua “hegemonia” no campo da esquerda do que com afastar a direita do governo. ■

O futuro passa pela sala de aula

“Para a nossa organização e para os nossos filiados em 170 países, juntamente com os nossos 32 milhões de membros, estamos certos de que o caminho para um futuro sustentável passa pela sala de aula. E começa por vós”. Foi com estas palavras que Fred Van Leeuwen, da IE, terminou a sua intervenção. Sublinhando a importância decisiva da escola e dos professores. De dar voz aos professores na cena internacional. Aqui reproduzimos partes significativas desta importante intervenção.



Foto: Arquivo FENPROF

Ensino de qualidade para todos. Também para as crianças refugiadas

Em todos os continentes a nossa Campanha *Unite 4 Quality Education* tem sido bem-sucedida.

As nossas mensagens estão a ser entendidas.

Estamos determinados a proporcionar uma educação de qualidade a todas as crianças e jovens independentemente da sua origem.

No mês passado visitei pessoalmente uma escola em Berlim, que, segundo me tinha sido dito, recebeu um grande número de crianças refugiadas da Síria.

“Quantos alunos refugiados é que há na escola?” perguntei à Diretora.

“Não faço ideia”, disse-me. “Não os contamos.”

Ocorreu-me de repente na altura que esta é uma das características, se não mesmo a alma da profissão de professor.

O desejo de promover a equidade – na sala de aula, na escola e sim, na sociedade de forma geral.

Não é coincidência o fato de muitos dos nossos colegas estarem profundamente preocupados com as dezenas de milhares de crianças

refugiadas atualmente a caminho da Europa, a aguardar nas fronteiras da UE em condições miseráveis ou retidas – numa violação das convenções internacionais – em campos de detenção na Grécia. A Europa celebra acordos questionáveis com a Turquia não estando assim à altura dos seus próprios elevados padrões morais.

Aproveito esta oportunidade para vos pedir que apelem ao vosso Governo para fazer o que deve ser feito, ou seja que receba a sua quota parte de refugiados.

Também nós iremos assumir as nossas responsabilidades.

Este Outono, a Internacional da Educação irá reunir os líderes das organizações membro e professores no ativo de vários países para debaterem o flagelo das crianças refugiadas e intercambiarem métodos e práticas de ensino.

Eventos como este representam o poder coletivo dos nossos sindicatos e da nossa atividade docente.

Debate global sobre o futuro da educação: duas visões

A **primeira visão** assenta num entendimento de que sem um ensino público e professores altamente qualificados e altamente motiva-

dos com um elevado grau de autonomia profissional, haverá poucas hipóteses de todos os nossos filhos puderem desfrutar da educação que merecem.

Tão pouco haverá muitas hipóteses para os países poderem ter sociedades estáveis e sustentáveis.

A **segunda visão** é sustentada na ilusão de que a educação pode ser prestada de maneira barata e eficiente pelo mercado livre, de preferência com menos pessoal qualificado e uma solução liberal única de programas online e exames normalizados.

Estou certo de que todos concordamos em afirmar que esta não é a nossa visão.

Em países como a Libéria, Quênia, Filipinas, mas também mais próximo de nós, em Inglaterra por exemplo, partes do sistema de ensino público estão a ser retiradas da alçada do Estado, passando a ser geridas por entidades privadas. Convém frisar que não nos opomos que empresas construam escolas e produzam materiais didáticos.

Sempre o fizeram, não há razão para deixarem de o fazer.

Onde devemos **traçar a linha** é quando as multinacionais começam a gerir as nossas escolas com o objetivo de obter lucros causando desigualdades sociais ou quan-

do invadem o espaço profissional dos docentes e nos dizem o que ensinar e como lecionar.

Há um ano atrás, lançámos uma **campanha mundial** de mobilização dos sindicatos dos professores no mundo inteiro com o objetivo de impedir que as forças do mercado possam tomar controlo do nosso setor.

Sejamos claros: enquanto na economia mundial os direitos dos investidores prevalecerem sobre os nossos direitos, prevalecerem sobre os direitos dos nossos estudantes e sobre os direitos humanos e dos sindicatos em geral, não poderemos permitir que as multinacionais conquistem o domínio público.

Temos que levar esta visão deturpada a julgamento.

Temos que resistir aos acordos de comércio internacionais que reduzem a educação a uma mercadoria.

Temos que transformar a nossa visão de educação de qualidade num direito fundamental protegido pelos Governos como única opção viável.

O argumento de que não temos condições para sustentar um sistema de escola pública esplêndido é falso.

Há dinheiro suficiente, mas está arrumado nos locais errados.

A engenharia fiscal contínua levada a cabo pelas multinacionais e pelos denominados “Documentos de Panamá,” publicados há umas semanas, atrás provam o que já há muito sabíamos: demasiadas empresas e pessoas estão a fugir às suas responsabilidades fiscais.

A **questão** é saber como fazer com que os triliões de dólares a circular no setor privado possam contribuir para a bem público.

50º aniversário da Recomendação da OIT/ UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores

O vosso Congresso coincide com um ano significativo na história da educação e dos professores.

5 de Outubro, Dia Mundial dos Professores, a nossa profissão, irá marcar o 50º aniversário da Recomendação da OIT/UNESCO relativa ao Estatuto dos Professores.

Apesar de ter sido aprovada numa era já passada, os seus fundamentos permanecem vivos ainda hoje já que, e cito, é reconhecido “o papel essencial dos professores no avanço da educação e a importância da sua contribuição para o desenvolvimento do homem e da sociedade moderna.”

Quando foi adotada em 1966, o vosso país tinha ainda então que se tornar numa democracia; a população mundial era metade da atual; e nós estávamos ainda a três anos de colocar um pé na lua. Nessa época os professores eram considerados essenciais!

Na minha opinião esta deveria ser a situação atualmente. Ao entrarmos na chamada ‘Quarta Revolução Industrial,’ o mundo precisa desesperadamente de professores altamente qualificados, uma profissão docente forte para conduzir os nossos jovens rumo ao futuro. Contudo, esta é hoje a nossa situação, vivemos na dita sociedade ‘moderna’ que os autores da Recomendação imaginaram.

Estou aliviado pelo fato desses autores não estarem hoje aqui para verem com os seus próprios olhos que no vosso país e em muitas outras partes do mundo, os professores têm excesso de trabalho; estão sobrecarregados; são mal remunerados; e desvalorizados.

Se os Governos nacionais querem realmente melhorar a educação, têm que começar a dar ouvidos aos professores e a melhorar as suas condições de trabalho.

São muitos os países onde não existe um verdadeiro diálogo social sobre os nossos desafios profissionais, mesmo países em que os direitos de contratação coletiva são aplicados em pleno.

Existem alguns exemplos perturbantes de um completo desrespeito pela competência profissional que representamos coletivamente.

Há luz ao fundo do túnel

Talvez não sintam ainda esta realidade no vosso país, mas organizações influentes como a UNESCO e a OCDE, bem como um número cada vez maior de académicos de nomeada internacional, estão a cerrar fileiras com a Internacional da Educação.

Na guerra de argumentos, estes académicos passaram para o nosso lado da ilha, e estão a subcrever a nossa opinião de que os Governos devem assumir a sua responsabilidade e proteger e melhorar os seus sistemas de ensino públicos através do financiamento adequado e do reforço da profissão docente.

(...)

Precisamos de **voltar a tomar as rédeas da nossa própria profissão**.

Não devemos permitir que agentes externos, autoproclamados peritos, agências de consultoria e multinacionais estabeleçam as nossas normas.

É por essa razão que começámos a desenvolver as nossas próprias diretrizes internacionais, parâmetros, para os docentes, que ajudarão as organizações membro a assumir a liderança estabelecendo as normas profissionais nos seus países.

A nossa profissão é o nosso ativo mais valioso, a nossa arma mais efetiva para promover as nossas aspirações progressistas.

No ano passado a comunidade internacional acordou o caminho para criar um mundo melhor, mais justo.

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** refletem o mundo que desejamos.

Ao passar em revista os 17 Objetivos, desde a igualdade de género à água limpa e erradicação da pobreza, vejo o Objetivo de educação como componente central em todos eles.

Desde a mais tenra idade aos estudos universitários avançados e terciários, a educação é um equalizador, retira as pessoas da pobreza e incentiva a inovação. ■

As Considerações do Sr. Draghi

Joaquim Jorge Veiguinha

Na reunião do Conselho de Estado de 7 de Abril um ilustre convidado do Presidente da República (PR), o Presidente do Banco Central Europeu (BCE) Mario Draghi, não resistiu em meter a foice em seara alheia. Na sua intervenção neste órgão de consulta do PR preconizou mais reformas no mercado de trabalho “para assegurar uma rápida adaptação aos choques estruturais”⁽¹⁾. Defendeu também as reformas do anterior Governo neste âmbito, aconselhando o atual a não revertê-las. Por fim, não hesitou em intervir em questões de ordem política para as quais não tem mandato e a mínima competência. Assim, insinuou que a Constituição da República Portuguesa, que muito provavelmente não conhece, deveria ser alterada não apenas para se tornar compatível com as reformas do mercado laboral solicitadas, mas também para permitir a alteração do sistema eleitoral com vista a tornar possível a formação de governos estáveis ou, por outras palavras, governos suportados por maiorias absolutas recorrentes. As considerações do Presidente do BCE sobre o mercado laboral português revelam todo um programa político assumido pelo anterior Governo que se caracterizou pelo recuo brutal da contratação coletiva. De facto, enquanto no início do século XXI existiam 400.000 contratos coletivos em 2014 sobravam apenas 188 mil⁽²⁾. Apesar destes terem aumentado para 464.650 no final de 2015 em consequência do descongelamento das portarias de extensão, a sua influência sobre os salários foi muito reduzida, pois estes não chegaram a aumentar 1%. A este fenómeno não é porventura estranho o fenómeno da contratação precária que durante a vigência do Governo PSD/CDS-PP não parou de crescer. Porém, para Draghi esta parece ser a via a percorrer, já que, como referiu, “o crescimento do emprego flutuante sugere que as reformas

do mercado de trabalho estão a tornar a economia mais adaptável”⁽³⁾. Neste sentido, a instituição que lidera juntamente com a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional, para além de criticarem o aumento do salário mínimo segundo os ditames neoliberais da doutrina da ‘Economia da Oferta’, recomendam ao atual Governo que prossiga a obra do anterior, anulando os progressos registados na contratação coletiva com o objetivo de retomar o ‘bom caminho’ que consiste em encorajar a negociação individual dos salários por empresa.

O Presidente do BCE mostrou-se muito preocupado com o elevada taxa de desemprego em Portugal, em particular com a dos jovens que atinge já um terço da desta força de trabalho, alertando para a necessidade urgente de estabelecer medidas para “evitar a criação de uma geração perdida”⁽⁴⁾. No entanto, as medidas preconizadas por si e pelos seus companheiros da *troika* não constituem verdadeiramente uma alternativa. De facto, como refere um recente estudo da Caritas Europa “é pouco provável que uma redução gradual do desemprego seja suficiente para inverter a tendência crescente dos níveis de pobreza, especialmente da maneira como o mercado de trabalho se está a desenvolver”⁽⁵⁾. Essa forma de desenvolvimento do mercado de trabalho está a conduzir na União Europeia ao aumento dos trabalhadores pobres, ou seja, de todos os que, apesar de exercerem uma atividade remunerada, não ganham o suficiente para viver. Segundo o mesmo relatório, a pobreza no trabalho atinge já 10,5% da força de trabalho portuguesa, tendo aumentado entre 2012 e 2013.

A intervenção de Mario Draghi no Conselho de Estado, abre um precedente perigoso, pois legítima, na prática, que Portugal é um país tutelado, que deve ser ‘aconselhado’ a seguir uma determinada via para a qual não existe alternativa. Este precedente estende-se também ao reconhe-

cimento de que não é Portugal como país soberano, mas os mercados financeiros, que definem as políticas económicas e sociais que devem ser seguidas. Estas apontam para a continuação e mesmo o reforço das medidas de austeridade – como defendeu recentemente um representante do FMI –, que, para além de terem feito disparar a dívida, conduziram a um empobrecimento generalizado da população trabalhadora portuguesa e a taxas de crescimento muito baixas do PIB na zona Euro. Porém, Mario Draghi e companheiros revelam-se incapazes de se confrontar com o facto de que as suas medidas estão a levar a eurozona para a eventual eclosão de uma nova crise. Prova disso, é que as medidas de injeção de liquidez do Presidente do BCE já esgotaram todos os seus efeitos benéficos, acabando por favorecer em grande parte a Alemanha que registou uma valorização de 1,7% dos seus títulos de dívida pública, enquanto Portugal foi o maior perdedor com as suas obrigações do tesouro a registarem uma desvalorização de quase 5%⁽⁶⁾. Mais uma razão pela qual este convite do PR ao Presidente do BCE, para além de inoportuno, tendo em conta a natureza do Conselho de Estado, em nada contribui para a resolução dos problemas do país. Pelo contrário, abre o caminho a uma ingerência externa que põe em causa a sua soberania e a própria Constituição da República, considerada como uma ‘força de bloqueio’ por Mario Draghi, que completou, em 25 de Abril de 2016, 40 anos de existência. ■

⁽¹⁾ *i*, 8. 04. 2016.

⁽²⁾ DN, Dinheiro Vivo, 9. 06. 16.

⁽³⁾ *i*, 8. 04. 16.

⁽⁴⁾ *Idem*.

⁽⁵⁾ *Poverty and Inequalities on the Rise – Just Social Models Needed as the Solution!*, Caritas Europa, 2015, p. 11.

⁽⁶⁾ Fonte: DN, 10. 03. 2016.

Fotos: Cedidas por Amnistia Internacional



Escolas Amigas dos Direitos Humanos dizem não à tortura em visita ao Forte de Peniche

Luisa Marques
Amnistia Internacional Portugal

Mais de 150 alunos e professores integrados no projeto Escolas Amigas dos Direitos Humanos da Amnistia Internacional visitaram o Forte de Peniche no dia 14 de abril, numa iniciativa que visou alertar para a prática da tortura como instrumento de repressão política.

O testemunho de Domingos Abrantes, antigo preso político no Forte de Peniche que funcionou como cadeia política de 1934 até 1974, relembrou a prática da tortura em Portugal numa altura em que era utilizada de forma sistemática sobre os opositores do regime e partilhou relatos da sua vivência na cadeia: a correspondência censurada, os castigos e a cela de isolamento, as fugas do Forte de Peniche, mas também o espírito de solidariedade e camaradagem que o ajudaram a sobreviver a situações indescritíveis. O dever de falar para que não se esqueça o que aconteceu e o dever de lutar sempre por um mundo melhor são os motivos que continuam a mover Domingos Abrantes a reviver este período negro da sua vida e da história recente do país.

A inauguração da bateria “Sons da Tortura” (www.sonsdatortura.pt), que ficará exposta no Forte de Peniche até 28 de agosto próximo, fez a ligação com o presente. Concebida no âmbito da campanha *Stop Tortura* lançada pela Amnistia Internacional em 2014, esta bateria produz música mas representa também o som do sofrimento das vítimas, já que os objetos comuns que foram utilizados para a sua construção são utilizados como instrumentos de tortura em muitos países onde ainda hoje é aplicada (em 2012 a Amnistia Internacional contabilizou a prática da tortura em 112 países). Os testemunhos de alguns estudantes confirmam que o objetivo da visita foi cumprido: “A tortura é chegar a um ponto muito baixo. A humanidade nunca devia chegar aí”, diz-nos António Palma, da Escola Gama Barros no Cacém. Eduardo Freitas, da Escola Prof. Reynaldo dos Santos de Vila Franca de Xira vai mais longe “algumas vezes os governos esquecem-se das leis (...) nomeadamente que qualquer confissão obtida através de tortura não é válida. (...) Continuam a usar em seu favor as justificações obtidas através de tortura para prender as pessoas que estão condenadas por razões igualmente injustas”.

No mês em que se comemora a liberdade

houve ainda tempo para recordar os 17 ativistas angolanos que cumprem penas de prisão por alegada oposição política. Os jovens participantes na visita quiseram demonstrar o seu apoio enviando mensagens de solidariedade. “São homens com muita coragem por estarem a lutar por aquilo que acreditam (...) há pessoal aqui deste lado que está a lutar por eles também” diz Frederico Capucha da Escola de Vila Franca de Xira. Joana Pereira da Escola Secundária de Levante da Maia defende “Eu considero [a liberdade de expressão] uma das coisas mais importantes que há nos dias de hoje e por isso mesmo os ativistas (...) não cometeram nenhum crime grave para serem condenados.”

Testemunhos que confirmam que “os efeitos da educação para os direitos humanos podem ser estrondosos no despertar das pessoas para o valor e poder das suas próprias vidas” (*Daisaku Ikeda, filósofo japonês, ativista, autor e educador*). Para que os temas em questão possam continuar a ser explorados em contexto de aula, a Amnistia Internacional preparou materiais de apoio sobre a tortura e a liberdade de expressão, disponíveis em <http://tinyurl.com/EADH-Tortura-Liberdade> e que podem ser utilizados por todos os interessados. ■



Fotos: Artur Batista

A arte contra a discriminação

Lígia Calapez
Jornalista

Visitas guiadas às galerias de arte urbana da Quinta do Mocho e da Quinta da Fonte, breves encontros - no spot do Mocho, onde está sediado o projeto Escolhas, e no espaço do Ibisco - e um lauto almoço de convívio. Esta uma possível e concisa síntese do que foi a visita promovida pelo Grupo Escola Intercultural, do SPGL, dia 16 de abril, a estes bairros.

Mas para o pequeno grupo que participou nesta visita - e esperemos que também para os jovens do bairro que nos acompanharam - terá sido mais do que isto. Para alguns talvez a primeira oportunidade que tiveram de entrar em espaços da cidade que, na verdade, continuam a ser guetos. E entrar, não apenas para ver arte - o que é, sem dúvida, muito importante - mas também para perceber, sentindo, que os guetos mais não são que segmentações - que importa erradicar - do mesmo tecido social, de que todos somos parte.

Não houve, naturalmente, lugar para a percepção dos muitos problemas que permeiam a realidade da Quinta do Mocho

e da Quinta da Fonte. Tão pouco houve oportunidade para conhecer a riqueza das dimensões culturais e sociais das comunidades que visitámos. Mas terão ficado registadas em cada um de nós as imagens dos graffiti que cobrem 50 fachadas, só na Quinta do Mocho, explicados, um a um, pelos nossos guias, que foram realçando significados, conteúdos, técnicas. E, sobretudo, o empenhamento, a dimensão humana, dos que - seja no projeto Esperança, seja no teatro Ibisco (num diálogo em que estiveram também jovens atores), seja nas múltiplas outras iniciativas e projetos que não tivemos ensejo de conhecer - participam desse trabalho quotidiano de criação de um paradigma positivo, uma verdadeira alternativa de vida. Metodologia afirmada pelo teatro Ibisco, mas que impregnará, sem dúvida, todo o trabalho sociocultural aqui desenvolvido.

Uma visita que todos ganharíamos em repetir. Com mais gente. E ampliando, também, os contatos e o conhecimento da realidade destes bairros.

Esperemos que a sucinta reportagem fotográfica que aqui agregamos, fale por si. Tal como o filme, que poderá [visualizar aqui](#).





Foto: Cedida por EB23 Olivais

EB23 dos Olivais

Uma ópera que envolve toda uma escola

Lígia Calapez
Jornalista

Tudo nasceu da ideia de fazer um projeto que envolvesse grande parte da escola ou mesmo toda a escola e a comunidade escolar. E a aposta foi a realização da ópera “Nos Castelos de D. Afonso Henriques”, de José Carlos Godinho. Um trabalho implementado, na EB23 dos Olivais, pelo grupo de Educação Musical, durante o ano letivo de 2015/16, e que agora culminou num grande espetáculo no Fórum Lisboa. Para saber mais, fomos (em véspera do espetáculo) falar com Carlos Barros e Teresa Nunes, professores de Educação Musical e a alma do projeto.

A obra musical abarca canto, instrumental, representação, narração, encenação e implicou a colaboração, não apenas dos grupos disciplinares mais diretamente envolvidos – História, Geografia de Portugal, Português, Matemática, Educação Física, Educação Visual e Educação Tecnológica – mas, no fundo, toda a escola.

Os objetivos do projeto - para além do desenvolvimento das competências específicas das diferentes disciplinas – são, como é referido num texto de apresentação do grupo de Educação Musical, “a promoção da escola; do envolvimento dos encarregados de educação; do espírito de escola nos alunos e na comunidade escolar; a autoconfiança; o saber apresentar-se em público; o brio no trabalho bem feito; a alegria e a valorização do esforço; conhecendo melhor D. Afonso Henriques, o seu desempenho na história, bem como os castelos de Portugal”.

E assim, chegando ao término do projeto, a ópera acabou por colocar 200

alunos em palco (num total de 300, que vão entrando e saindo). Nela se conta a história de todos os castelos (re)construídos ou conquistados por D. Afonso Henriques. Histórias imbricadas – dentro de cada história há pequenas histórias -, encenadas e cantadas.

De como se envolveu a escola

O grupo de Educação Musical é o promotor do projeto. Mas na trabalhosa tarefa da sua implementação participaram professores das mais diversas disciplinas. Como?

O ponto de partida foi, nas palavras de Teresa Nunes, adaptar e ampliar “o projeto inicial, que é feito por um colega nosso, autor do manual de Educação Musical, o José Carlos Godinho”.

Neste processo de adaptação, “estava previsto, de início, que houvesse uma pequena narração entre cada uma das árias da ópera”, lembra a professora. “Queríamos fazer de uma forma mais criativa e, então, foi criado, por uma colega nossa de História, um diálogo. Temos três atores a contar a história do

castelo (que a seguir vai ser cantado), mas em teatro”. A cada castelo corresponde uma ária de ópera. Para além das árias cantadas por todos os alunos ao mesmo tempo. Foi ainda acrescentada uma dança de bobos e uma música de rap original.

E de que forma as diferentes disciplinas foram envolvidas?

Teresa Nunes sintetiza: “A História, sem dúvida, para desenvolver os conteúdos abordados - a formação de Portugal faz parte do conteúdo curricular do 5º ano. Nas Ciências da Natureza os alunos pesquisaram e aprofundaram a flora e a fauna de cada região, de cada um dos castelos. Nas Matemáticas fizeram exercícios sobre as áreas e o perímetro de cada um dos castelos. Tiveram que pesquisar e, depois, trabalhar matematicamente cada um dos castelos que dizem respeito a cada turma. Em Educação Visual e Educação Tecnológica a tarefa foi fazer os adereços. Em Português, os professores ensaiaram os alunos no teatro. As coreografias estiveram a cargo da Educação Física.”

Quanto aos professores de Inglês, foi muito difícil integrá-los. E acabou por acontecer de uma forma original. “Não foi pela parte curricular de Inglês porque, neste estádio, ainda é difícil. Tínhamos pensado ir pelo vocabulário, mas é muito incipiente. Mas temos professoras de inglês verdadeiramente envolvidas – pela parte do guarda-roupa. Portanto, de certa forma, estamos todos envolvidos”.

Todos estão presentes

O objetivo de integrar todos ultrapassa, naturalmente, a partilha de tarefas entre disciplinas.

Por exemplo, diz Carlos Barros, “temos uma ária de ópera, a do Castelo de Alcácer do Sal, que é cantada só por adultos – professores, funcionários e pais. Participaram mais de uma dúzia de pais, apesar da dificuldade que é virem em horários normais, porque as pessoas trabalham.

Conseguimos também envolver bastantes funcionários e quase todos os professores”.

Preocupação maior foi integrar, não apenas os alunos com Educação Musical ou os grupos disciplinares mais diretamente envolvidos, mas também as turmas de currículos alternativos. Uns participam no rap, outros tocam instrumentos (“por-

que não se quiseram expor a cantar. E, portanto, temos os instrumentos e expressam-se através dos instrumentos”, diz Teresa Nunes). Outros assumiram como missão ser o *staff* durante o espetáculo. Outros ainda tiveram a seu cargo a criação de cenários audiovisuais e a legendagem de todas as músicas – um trabalho desenvolvido nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Os alunos com necessidades educativas especiais também estão presentes no projeto. “Construíram o mapa de Portugal da altura – século XII. E cada um coloca o castelo na região certa, paralelamente à música que está a ser cantada”, diz Teresa Nunes.

Um trabalho que não foi fácil. “São

muitas horas para além do nosso horário de trabalho. Mas tem valido a pena. Tem corrido bem. E penso que conseguimos fazer um bom espetáculo”, comenta Carlos Barros.

O mais importante

Este é um trabalho de formação integral dos alunos, de cada um deles, sublinha Teresa Nunes. “Exige que tenham a consciência de que qualquer coisa que se faça, quando estamos num grande grupo, é importante para todo o grupo. Que cada um tem o poder de estragar tudo ou de valorizar”. E conclui: “para mim, esta é a parte mais importante”.

No fundo, diz, é trabalhar valores. “O valor do respeito pelo trabalho. O respeito pelo outro. A consciência da postura que têm que ter. A importância da concentração, para não falharem cada um dos gestos que têm que ser feitos. O esforço que é preciso fazer

para conseguir estar em pé aquele tempo todo”. Neste sentido, acrescenta, “pode-se dizer que temos um código de cinco dedos. Um – o silêncio. Dois – a postura elegante. Três – o sorriso. Quatro – olhar sempre para o/a maestro/maestrina. E cinco – um timbre lindo – ou seja – quem vai tocar tem que tocar bem, quem vai cantar tem que cantar com uma voz linda”.

“Para mim, o mais interessante é esta formação que estamos a dar a cada um dos alunos. E a experiência com que vão ficar”, conclui. Uma experiência tanto mais importante quanto a vida de muitas destas crianças está longe de ser fácil. Há alunos que não tiveram ninguém para os ir ver. Ou que não queriam ir por os pais não poderem depois levá-los para casa. Por isso, os nossos entrevistados apostaram na criação de uma rede em cada turma. Apelando à solidariedade dos pais para que levassem os colegas dos seus filhos. “Para que nenhuma criança deixasse de ir pelo facto de não ter apoio”. ■

Fotos: Cedida por EB23 Olivais



Alterações Climáticas: Ciência, Política, Urgência e Esperança

• Sinan Eden

Estudante do I.S.T.

A Ciência

O ano de 2014 foi o mais quente até aí registado. O ano seguinte, 2015, foi novamente o mais quente até aí registado. Janeiro de 2016 foi o janeiro mais quente de que há registo. Fevereiro foi o fevereiro mais quente. E março foi não só o março mais quente, mas foi-o [com a maior margem](#) de que há registo. Tudo isto não é acaso. Com a exceção de 1998, os dez anos mais quentes ocorreram todos [neste século](#).

A temperatura média global da superfície terrestre aumentou cerca de 1°C desde a revolução industrial. Isto deveu-se ao aumento de emissões para a atmosfera de gases com efeito de estufa (GEE – sobretudo dióxido de carbono, metano e óxido nitroso) gerados pela atividade humana.

Todos estes dados são notavelmente



consensuais. Ao contrário do que os média possam sugerir, [repetidos estudos](#) comprovam que entre cientistas a existência de alterações climáticas globais e a sua génese na atividade humana não são pontos de debate. Consoante o período e espectro de pesquisa escolhidos, o consenso científico varia entre 91% e 99%. Tal grau de acordo entre cientistas (profissionais treinados para ser cétricos) é assombroso.

A Política

Falando dos *média*, basta lembrar que a [Exxon](#), uma das maiores petrolíferas do mundo, sabia das alterações climáticas há 40 anos e investiu centenas de milhões de dólares em discurso de negacionismo climático. Só no ano passado, e apesar de anos de luta por parte de cientistas e cidadãos preocupados, a Exxon, a Shell e três associações de comércio [gastaram](#) 114 milhões de dólares a influenciar legislação ambiental e discurso público sobre o clima.

As petrolíferas têm obstruído a introdução das alterações climáticas na agenda pública e política. E com fortes razões. Para mantermos o planeta habitável, teremos de limitar o aquecimento global a menos de 2°C. Isto [implica](#)

que cerca de 80% de todas as reservas conhecidas de combustíveis fósseis terão de permanecer inexploradas. O que por sua vez implica que, em dez anos, 1.1 biliões de dólares de investimentos serão [perdidos](#): uma sentença de morte para as maiores empresas do mundo.

Não se pode negociar com a Física e a Química. Temos de nos libertar dos combustíveis

e indústria fóssil, antes que eles nos empurrem para o abismo.

A Urgência

É fundamental clarificar: o que é este abismo?

Ao contrário de muitos outros temas de justiça social, no clima existem “pontos sem retorno”. Passo a ilustrar.

O aquecimento global faz o gelo do Ártico derreter. A camada de gelo, que reflete os raios solares, é substituída por oceano, que os absorve. Isto implica mais energia capturada na Terra, que aumenta o aquecimento, aumentando o degelo, e assim sucessivamente.

Outro exemplo é o *permafrost* na Sibéria. Por baixo desta massa de solo gelado, jazem grandes reservas de metano. Devido ao aquecimento, o solo derrete, deixando o metano escapar-se. Isto causa maior efeito de estufa, que por sua vez aumenta o aquecimento, aumentando a libertação de metano, etc. São os chamados “[mecanismos de retroalimentação](#)”: uma vez ativados, amplificam exponencialmente o aquecimento num efeito do tipo “bola de neve”.

Em suma, existe um “tarde demais” para a ação climática. Se ultrapassarmos o limiar dos 2°C, teremos escassas probabilidades de estabilizar o clima. Existe portanto um abismo, um ponto sem retorno. Mas o que acontece se “cairmos” nele?

Para lá deste ponto, na expressão de muitos cientistas, jaz “o fim do mundo como o conhecemos”. Não só nos faltam ferramentas para modelar o futuro clima (em 800 mil anos, nunca atingimos a atual concentração atmosférica de dióxido de carbono), mas o nosso sistema socioeconómico tem também vindo a provar-se incapaz de responder a crises humanitárias.

[Para lá do ponto sem retorno](#), acentuam-se furacões, tempestades, secas, ondas de calor, crises alimentares, submersão de cidades e regiões (por vezes países), perda de biodiversidade (a uma escala vista por muitos como a sexta extinção em massa), acidificação

dos oceanos, epidemias, falhas de infraestrutura e refugiados climáticos.

A título de exemplo, comparando com os 4 milhões de refugiados da Síria (dos quais só poucas centenas chegam à Europa), [esperam-se](#) cerca de 200 milhões de refugiados climáticos em 2050. Isto implica que iremos ver mais racismos, xenofobia e estados de emergência.

Em Portugal, várias cidades costeiras estão a desenhar planos para a subida do nível do mar. Porém, estando a bacia Mediterrânica [particularmente sujeita](#) ao aumento da temperatura, toda a região será se-

riamente afetada por secas e escassez de água. A isto juntar-se-ão incêndios florestais, cujas emissões de carbono (como no exemplo da [Indonésia](#)) se comparam a emissões industriais.

As alterações climáticas são provavelmente o maior desafio que a humanidade alguma vez enfrentou. O atual sistema socioeconómico e os seus líderes tiveram a sua chance: 20 anos de negociações na ONU alcançaram [um aumento de 60% nas emissões](#) e um muito celebrado [Acordo de Paris](#) que não só nos coloca num caminho para 3°C de aquecimento, como nem sequer tem carácter vinculativo.

Estes dirigentes controlam toda a economia e dispõem de todo o dinheiro, conhecimento e tempo necessários. Eles falharam. Agora é a nossa vez. Tudo o que temos do nosso lado são 7 mil milhões de pessoas. Juntos, temos de mudar radicalmente como as nossas sociedades funcionam: como produzimos energia, como movemos pessoas e mercadorias, como produzimos e distribuímos comida. Temos de nos mobilizar para uma transição justa para um planeta habitável.

A Esperança

[Em Portugal](#), temos de cortar 60% das emissões nos próximos 15 anos. Para construir um movimento capaz desta transformação, é preciso tecer alianças e fazer exigências transversais, que li-



guem justiça social e justiça climática. A campanha [“Empregos para o Clima”](#), uma [campanha global](#) ativa em oito países, foi recentemente lançada em Portugal com esta perspetiva. Sumariamente, a campanha exige a criação de empregos dignos no setor público para corte direto das emissões, enquanto assegura emprego aos trabalhadores de setores poluentes. Uma análise preliminar aponta para a criação de empregos em áreas como a produção de eletricidade renovável, transportes públicos, eficiência energética de edifícios e agricultura.

A campanha tem sido discutida em vários níveis da CGTP-IN e diversas associações ambientais e de trabalhadores, com o fim de unir as lutas contra a austeridade e a precariedade à luta pela justiça climática. Esta foi a primeira campanha ambientalista a ser lançada numa marcha de trabalhadores, no 1º de maio, em Lisboa e no Porto. Muitas mais ações e formações estão a ser preparadas para este ano. Informe-se, junte-se à campanha, envolva o seu sindicato. É tempo de impulsionar a luta pela justiça social e ambiental, porque não nos resta mais tempo. ■



1º de Maio

“POR UMA APOSENTAÇÃO DIGNA”



Fotos: SPGL

No 1º de Maio, festa de comemoração e luta dos trabalhadores de todos o mundo, os Professores e Educadores aposentados do SPGL estiveram presentes, juntamente com os docentes do ativo e com os restantes trabalhadores, para “Defender os Direitos e Repor a Dignidade” numa altura de alguma esperança face à atual situação política que vivemos.

Esperança que não nos faz esquecer os fortes ataques com que fomos brindados nos últimos anos pelo governo de direita PSD/CDS – o congelamento das pensões, a contribuição extraordinária de solidariedade (CES), a sobretaxa de IRS, o roubo dos subsídios de Natal e de férias em 2012 e depois o seu pagamento em duodécimos para nos ludibriar relativamente ao valor real dos vencimentos e pensões, o aumento das taxas moderadoras e dos descontos para a ADSE, o corte dos 50% nos transportes públicos, o agravamento das regras de cálculo das pensões, nomeadamente das antecipadas, a redução do número

de escalões do IRS, o aumento do custo de vida, etc.

Há 6 anos que as nossas reformas não têm qualquer aumento! Face à inflação verificada conclui-se que, em média, foram desvalorizadas e cerca de 6,5%. Os pequenos sinais de reparação destas medidas não nos podem calar. Somos aposentados unidos na exigência do respeito pelo nosso direito – arduamente conquistado – de vivermos os últimos anos com a alegria tranquila de quem ajudou a construir uma sociedade que queremos cada vez mais justa e que nos deve a justiça de nos tratar bem.

Continuaremos a lutar pelos nossos direitos, nomeadamente:

- Por uma aposentação digna aos 36 anos de serviço, sem outro requisito, admitindo-se que, transitoriamente, seja aos 40 anos, evoluindo ao longo da legislatura para a solução definitiva.
- Pela valorização das pensões e abolição das sucessivas alterações aplicadas na forma de cálculo, a partir de Janeiro de 2006, que têm reduzido o valor das

pensões e provocado grandes disparidades nas pensões de docentes com salários e tempo contributivo idênticos.

- Pela atualização anual do valor das pensões que não têm aumentos desde 2009.
- Pela melhoria significativa dos serviços prestados pela ADSE exigindo a participação nos trabalhos de reforma do modelo de ADSE que o governo pretende realizar.
- Defesa da sustentabilidade da Segurança Social sem prejuízo do reforço de subsídios e da criação de serviços de cuidados continuados, públicos e de proximidade, para os cidadãos dependentes.

A aposentação é um direito, não um favor ou uma condescendência. O direito à aposentação exige que ela seja digna, que permita aos aposentados o acesso a uma pensão que reflita os descontos legalmente exigidos e efetuados, numa conceção de suporte intergeracional de uma segurança social pública que compete ao Estado gerir e garantir. ■



Foto: Felizarda Barradas

SPGL, 42 anos...

Os professores merecem-no!

José Alberto Marques
Presidente do SPGL

Estimados sócios e familiares,
Ilustres convidados,

Em nome da direção do SPGL que me honro de presidir, recebam as mais fraternas saudações neste nosso jantar de aniversário.

Começaria por agradecer aos trabalhadores do Sindicato toda a dedicação e empenho que têm demonstrado. Sem eles não teria sido possível chegar onde chegámos.

Permitam-me também um agradecimento a todos os dirigentes que passaram por esta casa e que nos deixaram esta grande herança – o nosso SPGL.

Algumas palavras especiais aos dirigentes atuais, que apesar das múltiplas iniciativas em que estão envolvidos dentro do SPGL, com tarefas por vezes desgastantes mas enriquecedoras, continuam nas escolas, o seu local de trabalho, junto dos professores e educadores, conseguindo desta forma ter uma perceção real daquilo que a nossa profissão exige e do tipo de resposta necessária para a construção de uma escola pública inclusiva e de qualidade. Foi no dia 2 de maio de 1974 que nasceu o maior Sindicato de professores do país, apenas 7 dias após a Revolução de Abril. Tal foi o resultado do

trabalho dos grupos de estudos, e de muitos outros ativistas que, acreditando na necessidade da valorização da profissão docente e no imperativo de melhoria da escola pública, conseguiram desencadear um processo extremamente participado que deu corpo a este nosso Sindicato.

No ano em que se comemoraram os 42 anos da Revolução de Abril, os 40 anos da Constituição da República Portuguesa e se irão comemorar os 30 anos da Lei de Bases do Sistema Educativo o SPGL reafirma a sua determinação de continuar a ser fiel aos seus princípios fundadores, afirmando-se hoje, tal como no passado, como o maior Sindicato de Professores do país, em número de associados, abrangendo todos os níveis de educação e ensino, no público e no particular e cooperativo, e ainda no campo dos investigadores científicos. O SPGL foi capaz de, apesar do brutal aumento do desemprego e da precariedade laboral, bem como do elevado número de aposentações verificadas nos últimos anos, manter a sua dimensão e influência no contexto sindical e do país. Aliás, a sua dimensão tem mesmo aumentado em termos relativos (dada a diminuição do número de professores e educadores pelas razões atrás apon-

tadas) e ao mesmo tempo que o seu sindicalismo de esquerda livre de tutelas políticas constitui uma referência cada vez maior no panorama sindical do país.

Este é um SPGL que também cresceu e ganhou muito com o seu empenhado envolvimento na FENPROF, na Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e na CGTP-IN, pelo que procurará aprofundar cada vez mais a sua intervenção nesses contextos mais gerais de unidade e convergência.

Só com um SPGL mais forte, quer em número de associados e delegados sindicais, quer na sua intervenção e responsabilidade político-sindical, teremos uma FENPROF, uma Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública e uma CGTP-IN mais fortalecidas.

Tal como há 42 anos temos o sonho e a convicção de que continuaremos a contribuir para uma Escola Pública Inclusiva e de Qualidade e para Docentes e Investigadores profissionalmente reconhecidos e socialmente valorizados. Podem continuar a contar connosco! Parabéns ao SPGL pelos 42 anos!

Viva o SPGL!
Muito obrigado a todos!!! ■



José Costa
Dirigente do SPGL

ADSE, que futuro?

O Ministro da Saúde referiu, recentemente, numa entrevista, que contava com os Sindicatos para debater a ADSE. Ao longo da entrevista, percebeu-se que o objetivo é que este subsistema se assumira como serviço autónomo, leia-se, saia da tutela do Estado. Defendeu que a ADSE deve ser um sistema mutualista, gerido pelos seus beneficiários e que, por conseguinte, deverá ser auto sustentável.

O governo criou entretanto uma Comissão de “sábios” onde não estão representados os beneficiários deste subsistema, Comissão essa que terá que produzir conclusões até finais de junho.

Quando em 1963 o Estado Novo criou a ADSE, a ideia não era construir uma situação de privilégio para os então designados Servidores do Estado, mas sim combater uma situação de desigualdade entre os Funcionários Públicos e muitas outras profissões que já tinham Mútuas e Caixas de Previdência. De facto, com a ADSE, os então Servidores do Estado passaram a ter também a sua previdência.

Mais de cinco décadas depois, estamos a discutir, já não provavelmente o seu fim, mas a forma da sua continuidade, o que não é pouco, pois o que for decidido define se continuaremos a ter esta ADSE ou outra totalmente descaracterizada, o que, na prática, poderá determinar o

seu fim.

Em discussão está um subsistema previdencial, que não é deficitário e não precisa de compensações financeiras do Orçamento de Estado; pelo contrário, é totalmente sustentado pelos seus beneficiários e até gera excedentes. Também não é semelhante a um seguro de saúde privado, pois funciona de acordo com o princípio da solidariedade, a contribuição de cada um dos seus beneficiários está dependente do seu rendimento, não elimina ninguém e não visa o lucro. É importante referir que quase 100.000 dos 1.269.207 Beneficiários não pagam nada, dado que auferem pensões abaixo do salário mínimo nacional. Todas estas características transformam este subsistema em algo muito importante, cujos princípios morais são inquestionáveis.

A ADSE não produz cuidados de saúde, mas facilita o acesso a estes, onde o Serviço Nacional de Saúde falha. Em muitas situações, essa resposta mais rápida pode provavelmente reduzir tempos de espera em tratamentos mais complexos, como por exemplo, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise ou outros.

Concorre com o Serviço Nacional de Saúde? Porquê, se os beneficiários deste subsistema o sustentam e simultaneamente pagam os impostos que suportam o financiamento do mesmo Serviço Nacional de Saúde?

Financia a medicina privada porque é essencialmente a ela que recorre, mas o Serviço Nacional de Saúde também a financia, porque a ela recorre e este financiamento é 7,4 vezes superior ao das verbas que a ADSE gasta com a medicina privada. Não acrescenta despesa ao Serviço Nacional de Saúde e até substitui o espaço de financiamento do Ministério da Saúde a este mesmo serviço.

Os dados estão lançados para uma solução que, com certeza, será tomada brevemente. O caminho que está a ser seguido não é de facto o melhor, o grupo de trabalho já nomeado pelo atual governo para refletir sobre este subsistema e que tem como missão propor a revisão do modelo institucional estatutário e financeiro da ADSE, não tem representantes dos seus beneficiários, que são os trabalhadores.

Tudo indica que o objetivo não é manter a ADSE debaixo da tutela do Estado como Direção Geral. De facto, manter tudo como está, nos mesmos moldes, é prolongar uma solução onde os trabalhadores não têm nenhuma voz num modelo que é por eles suportado financeiramente e que até produz excedentes. Mas o que está a ser desenhado é com certeza pior.

Em cima da mesa pode estar a ser construída a solução que mais agrada ao setor privado da saúde, ou seja, transformar a ADSE numa mútua total-

mente gerida pelos trabalhadores. Está por detrás desta proposta o alargamento da ADSE a outros trabalhadores, o que seria uma forma de financiamento dos hospitais privados, que concorreriam diretamente com o Serviço Nacional de Saúde e com isto contribuiriam de facto para a sua corrosão.

A médio prazo, provavelmente, as regras do próprio acesso e das contribuições dos beneficiários poderão vir a ser similares às dos seguros de saúde privados e a privatização total deste subsistema poderá ser uma questão de tempo.

Transformar a ADSE num Instituto Público de Gestão Participada parece ser a melhor solução. Existe enquadramento legal, ou seja, a lei prevê esta solução. Não desresponsabiliza o Estado, pois este mantém a tutela do subsistema, e permite ainda que os beneficiários participem na sua gestão. O debate está lançado, vamos participar, a importância do assunto assim o exige. A ADSE tem futuro, isso está provado, é importante para a vida dos funcionários públicos e podemos admitir que poderão ser eles, com os seus descontos, a garantir o seu funcionamento, mas o modelo que garante a sua continuidade terá que ter sempre o Estado como principal responsável pela sua tutela. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direcção: spgldir@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direcção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direcção Regional do Oeste
•**Caldas da Rainha**
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•**Torres Vedras**
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direcção Regional de Santarém

•**Abrantes**
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•**Santarém**
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•**Tomar**
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•**Torres Novas**
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direcção Regional de Setúbal

•**Barreiro**
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•**Almada**
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Legislação

I Série

• [Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016 - Diário da República n.º 70/2016, Série I de 2016-04-1174094661](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Cria o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

• [Portaria n.º 87/2016 - Diário da República n.º 73/2016, Série I de 2016-04-1474145470](#)

Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

Determina a extensão do contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais

• [Lei n.º 12/2016 - Diário da República n.º 82/2016, Série I de 2016-04-2874270415](#)

Assembleia da República

Elimina a requalificação de docentes, procedendo à quarta alteração ao

• [Decreto-Lei n.º 132/2012](#), de 27 de junho, à décima quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 139-A/90](#), de 28 de abril, e à primeira alteração à [Lei n.º 80/2013](#), de 28 de novembro

II Série

• [Despacho n.º 4688-A/2016 - Diário da República n.º 66/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-0574059569](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação
Alteração do Despacho n.º 7104-A/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 123, de 26 de junho de 2015, que determina o calendário escolar para o ano de 2015/2016

• [Despacho Normativo n.º 1-F/2016 - Diário da República n.º 66/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-0574059570](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Regulamenta o regime de avaliação e certificação das aprendizagens desenvolvidas pelos alunos do ensino básico, bem como as medidas de promoção do sucesso educativo que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento das aprendizagens

• [Despacho Normativo n.º 1-G/2016 - Diário da República n.º 67/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-0674076016](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e de Equivalência à Frequência do Ensino Básico e revoga o Despacho normativo n.º 6-A/2015,

publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 5 de março de 2015

• [Portaria n.º 101/2016 - Diário da República n.º 73/2016, Série II de 2016-04-1474145105](#)

Finanças e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Educação

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as escolas profissionais privadas que ministram cursos vocacionais de nível básico, referentes aos cursos iniciados no ano letivo 2015-2016

• [Portaria n.º 102/2016 - Diário da República n.º 73/2016, Série II de 2016-04-1474145106](#)

Finanças e Educação - Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Educação

Autoriza a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a assumir os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as escolas profissionais privadas que ministram cursos vocacionais de nível secundário, referentes aos cursos iniciados no ano letivo 2015-2016

• [Despacho n.º 5091/2016 - Diário da República n.º 73/2016, Série II de 2016-04-1474145138](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e dos Secretários de Estado da Educação e da Juventude e do Desporto
Criação do Grupo de Trabalho Desporto-Educação

• [Despacho Normativo n.º 1-H/2016 - Diário da República n.º 73/2016, 2º Suplemento, Série II de 2016-04-1474163183](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação
Altera os artigos 3.º, 6.º, 8.º, 9.º, 18.º, 19.º, 20.º, 22.º, 23.º, 25.º e 26.º do Despacho Normativo n.º 7-B/2015, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 88, de 7 de maio de 2015, que determina os procedimentos da matrícula e respetiva renovação

• [Portaria n.º 144/2016 - Diário da República n.º 87/2016, Série II de 2016-05-0574334170](#)

Finanças e Educação - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Educação
Autoriza a Direção-Geral da Administração Escolar a proceder à repartição de encargos relativos à celebração dos contratos Simples e de Desenvolvimento de Apoio à Família



A Estética da SANTIDADE da ÁGUA

Exposição e Instalação de João G. Ribeiro

de 12 de maio
a 8 de junho

Os trabalhos patentes no Espaço António Borges Coelho (ABC) constituem uma possibilidade a explorar pelas escolas, quer numa perspetiva estética, quer numa perspetiva ecológica, mas também do ponto de vista da química. Porque se, como diz José G. Moura, "A água é uma substância surpreendente", o modo como João G. Ribeiro a trata não o é menos: uma inesperada simbiose entre arte e ciência.

A não perder. Espaço ABC, de 2ª a 6ª, das 9,30 às 19 horas.

"Ouvir com Outros Olhos"

de João Lobo Antunes
2 de junho, às 15,30:

Apresentação, por Dolores Parreira, do livro "Ouvir com Outros Olhos" de João Lobo Antunes, que estará presente.

Avaliação de desempenho: situações especiais (continuação)

A última rubrica do “Consultório Jurídico” foi dedicada às situações especiais de avaliação do pessoal docente. Tendo em conta a extensão desta matéria comprometi-me a continuar a sua abordagem em rubrica posterior. Assim e em cumprimento do prometido, no presente vou prestar as informações que considero mais relevantes do regime de avaliação aplicável aos diretores de agrupamentos de escolas e de escolas não agrupadas, aos diretores de Centros de Formação de Associações de Escolas e aos diretores de Escolas Portuguesas no Estrangeiro. As regras de avaliação destes docentes encontram-se previstas na Portaria nº 266/2012, de 30 de agosto. Tal como resulta do preâmbulo deste diploma legal, tal avaliação tem por referência dois grandes tipos de parâmetros: “... os compromissos assumidos e as competências de gestão evidenciadas”. Com vista à respetiva aplicação, os seus destinatários elaboraram, **no prazo máximo de 90 dias** após o início do mandato, uma “carta de missão”, que tem que ser validada através da assinatura do presidente do Conselho Geral, do presidente da Comissão Pedagógica ou do Conselho de Patronos, e na qual devem constar os compromissos a atingir pelo diretor em número a fixar entre cinco e sete. A validação da referida “carta de missão” requer a aprovação da maioria simples dos membros do Conselho Geral, da Comissão Pedagógica ou do Conselho de Patronos. A sua não validação é efetuada em documento devidamente fundamentado apresentado ao avaliado no prazo de 15 dias úteis sendo que, neste caso, aquele deverá proceder à respetiva reformulação.

A avaliação em questão efetua-se no final do período correspondente à duração do escalão da carreira em que o destinatário se encontra e **pressupõe que o mesmo tenha exercido as funções de diretor durante, pelo menos, metade do referido período**. Caso não tenha atingido o mínimo de tempo exigido para ser objeto desse regime de avaliação, esta deverá ser feita nos termos do regime geral previsto no ECD.

A avaliação dos destinatários deste regime especial é composta por uma componente **interna** e por outra **externa**. A primeira é efetuada nos seguintes termos:

- No caso dos diretores dos agrupamentos de escola ou de escolas não agrupadas, **pelo Conselho Geral**;
- No caso dos diretores de centro de formação de associações de escolas, **pela Comissão Pedagógica**;
- No caso dos diretores das escolas portuguesas no estrangeiro, **pelo Conselho de Patronos**.

É a cada um destes órgãos que cabe definir os critérios em que se baseia a referida componente de avaliação, os quais deverão ser divulgados publicamente no prazo máximo de 60 dias após o início do mandato do diretor.

Por sua vez, a avaliação externa assenta nos resultados

obtidos na última avaliação externa realizada pela Inspeção Geral de Educação.

É aos referidos órgãos de avaliação interna supra identificados que os avaliados deverão entregar o relatório de autoavaliação. A não apresentação do referido instrumentos de avaliação tem como consequência a não contagem do tempo de serviço, para efeitos de progressão na carreira, do último ano do respetivo ciclo avaliativo e dos anos seguintes enquanto se mantiver a omissão. Há que referir que estes avaliados deverão, consoante o caso, entregar aos referidos órgãos, cópias autenticadas dos certificados da formação contínua pelos mesmos concluída com sucesso. Tal entrega terá que ocorrer até ao final do ano escolar anterior à data prevista para a conclusão do ciclo avaliativo.

O cálculo da classificação nas componentes interna e externa desta avaliação encontra-se previsto nos artigos 9º e 10º do diploma legal em apreço e a proposta da classificação final é da responsabilidade dos órgãos supra referidos, consoante o cargo exercido pelos avaliados e correspondente ao resultado da média ponderada das pontuações obtidas na avaliação interna (60%) e na avaliação externa (40%). A referida proposta é comunicada ao **conselho coordenador da avaliação, até ao dia 15 de outubro** do ano escolar previsto para a conclusão do ciclo avaliativo do docente (e respetiva progressão na carreira) ao qual compete validá-la e harmonizá-la e o processo de validação deve ser concluído até **15 de novembro** seguinte. A decisão proferida deverá ser notificada ao avaliado com conhecimento, consoante o caso, ao presidente do Conselho Geral, do Conselho de Patronos ou ao Vice-Presidente da Comissão Pedagógica. O artigo 15º da mesma Portaria 266/2012, de 30 de agosto, estabelece como garantias dos avaliados, em caso de discordância com a decisão, a reclamação e o recurso hierárquico. A primeira deverá ser apresentada ao presidente do Conselho Coordenador da avaliação, **no prazo de 5 dias úteis** contados na respetiva notificação. A decisão proferida sobre a reclamação deve ser notificada ao interessado no **prazo máximo de 20 dias úteis** após o supra referido prazo. Desta última decisão cabe ainda recurso hierárquico para o membro do Governo responsável pela Educação, cuja interposição deverá ocorrer **no prazo de 10 dias úteis** contados após a notificação.

Ficam ainda por dar a conhecer os regimes de avaliação dos docentes que prestam serviço em estabelecimentos e instituições de outros ministérios, que não o ME, e ainda dos que exercem funções em regime de mobilidade a tempo parcial e fora de Portugal Continental (Regiões Autónomas, Ensino Português no Estrangeiro, escolas portuguesas no estrangeiro, escolas europeias e agentes de cooperação). Esta matéria deverá ser tratada no(s) próximo(s) número(s) desta mesma rubrica. ■

ASSINE A PETIÇÃO

.....

Não à duplicação do financiamento em Educação.
Respeito pela Constituição.
Financiamento adequado da Escola Pública.

.....

Apoio financeiro a colégios através de contratos
de associação apenas quando a resposta pública
é insuficiente.

.....

Horários de trabalho iguais aos do público
para os docentes do ensino privado, onde estes
são mais sobrecarregados.

.....

Rejeitamos todas as acusações que pretendem minorizar
e desqualificar o ensino público e os seus profissionais.
Reafirmamos que só com um maior investimento na Escola Pública
se garante o direito de todos a uma educação de qualidade.